



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

**DESENVOLVIMENTO:
O CONDUTOR DA DIGNIDADE
E DO
BEM-ESTAR DO TRABALHADOR**

**Desenvolvimento:
o Condutor da Dignidade
e do
Bem-Estar do Trabalhador**

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

Desenvolvimento: o condutor da dignidade e do bem-estar do trabalhador (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1990.

93p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 3).

I. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.
Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

**Desenvolvimento:
o Condutor da Dignidade
e do
Bem-Estar do Trabalhador**

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1990

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

CELEBRAÇÕES DO DIA DO TRABALHO	7
VISITA À 56ª EXPOSIÇÃO DE GADO ZEBU	15
LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA A ÁREA DE SAÚDE ..	18
VISITA AO PORTA-AVIÕES MINAS GERAIS	21
VISITA AO BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL ...	25
VISITA AO 1º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDAS	27
LIBERAÇÃO DE VERBAS PARA A SAÚDE DO RIO DE JANEIRO	29
AUDIÊNCIA COM OS PREFEITOS ALAGOANOS	33
REUNIÃO MINISTERIAL: UM BALANÇO DOS 60 DIAS DE GOVERNO	38
CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	47
RECURSOS PARA A MERENDA ESCOLAR	50
INTEGRAÇÃO BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	52
VISITA À CIDADE DE PALMAS (TOCANTINS)	56
ENTREVISTA COLETIVA À IMPRENSA EM 23 DE MAIO DE 1990	59
FORMATURA DA TURMA DE 1989 DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA DO INSTITUTO RIO BRANCO	78

NOVA ESTRUTURA PARA RODOVIAS FEDERAIS E EXTINÇÃO DO SELO-PEDÁGIO	84
VISITA AO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS ...	86
VISITA À CIDADE DE CUJUBIM (RONDÔNIA)	89

Comemorações do Dia do Trabalho

A democracia devolveu a liberdade ao cidadão. O desenvolvimento deve agora trazer a dignidade e o bem-estar ao trabalhador.

Esse é o grande desafio para todas as sociedades do mundo que, como a nossa, experimentam momento de intensas transformações políticas: respeitar integralmente os direitos do cidadão, da pessoa humana, assegurando-lhe plena participação na vida da coletividade, e, ao mesmo tempo, atender às legítimas aspirações de todos na justa retribuição do seu esforço.

No Brasil, o 1º de maio foi durante longos anos uma jornada em que se confundiam a resistência ao autoritarismo, e as lutas por liberdade política e justiça social. E como todos os capítulos da história, por mais infelizes, também esse período serviu para cristalizar ao menos uma lição: a democracia é condição indispensável à concretização dos ideais de progresso dos trabalhadores.

A democracia não é sozinha condição suficiente. Ela abre possibilidades, mas não indica caminhos preconcebidos. Oferece, sobretudo, a oportunidade de reflexão coletiva sobre o instante que ora atravessamos.

Que esta data universal sirva para recordar a inadiável necessidade de que o Governo, trabalhadores e empresários — e também, muito particularmente, a Justiça do Trabalho — apro-

fundemos o exame da situação do trabalhador brasileiro e de que, ao fazê-lo, levemos em conta o exemplo do que ocorre no mundo, à nossa volta.

Nos países desenvolvidos de economia de mercado, o progresso e a prática da negociação, sustentada por interlocutores institucionalmente sólidos, do lado dos empregados e dos patrões, esvaziavam gradualmente a contradição ideológica entre o capital e o trabalho. A História demonstrou na prática aos trabalhadores desses países — e essa história se fez em boa medida com o engajamento dos trabalhadores na produção e na mobilização e luta por melhores condições de trabalho e de vida — que o chamado modelo capitalista não lhes era necessariamente desfavorável. Graças à luta dos trabalhadores pela participação plena nos benefícios do progresso, o capitalismo ganhou uma face mais humana: transformou-se em economia social de mercado, na medida em que foi capaz de conjugar interesses diferenciados no esforço coletivo de desenvolvimento.

Nas nações que se encaminharam para formas de economia centralmente planificada, o tempo se encarregou de criar uma confrontação entre o trabalhador e o Estado. Dessa situação, nasceram as radicais transformações a que assistimos agora no Leste Europeu. Os trabalhadores desses países, cansados da distância entre a retórica e a realidade, exigiram liberdade e participação, pois sabem que o único caminho consistente para os frutos do desenvolvimento desenha-se quando a sociedade passa, verdadeiramente, a tomar parte nas decisões sobre o seu destino. Os direitos dos trabalhadores, a democracia e o progresso são partes inseparáveis da construção de um Estado moderno e justo.

Nos países em desenvolvimento, embora haja grande diversidade entre as nações incluídas nessa categoria, pode-se dizer que a regra é a marginalização social da maioria do contingente de trabalhadores. Essa marginalização, que ocorria tanto no campo político como no econômico, vai agora dando lugar, especialmente na América Latina, a um processo que talvez seja ainda mais crítico: o contraste entre a recuperação da cidadania política e o agravamento das injustiças sociais. Eis uma combinação potencialmente explosiva que só pode ser resolvida se andarmos para adiante com a necessária rapidez. Ficar parado é

inaceitável, porque o imobilismo só aumenta os riscos e agrava as contradições. É preciso encontrar um modelo próprio que incorpore o duro aprendizado a que a História submeteu a humanidade. Não podemos trilhar caminhos já percorridos, repetir erros, ou copiar soluções.

«Somos uma sociedade que jamais remunerou adequadamente o trabalho.»

O caso do Brasil é especialmente dramático. Somos uma sociedade que há quase cinco séculos se recusa a encarar o problema da miséria em que sempre viveu a grande maioria de nossa gente. Somos uma sociedade que jamais remunerou adequadamente o trabalho, que jamais soube valorizar corretamente o trabalhador. Somos uma sociedade em que, infelizmente, o cinismo e a ganância das elites egoístas, com frequência, prevaleceram sobre a sensibilidade e a correção das elites responsáveis.

Não há regime democrático, não há economia de mercado, não há estabilidade social capaz de resistir indefinidamente à paralisia da História. Ou alteramos já o curso das relações de trabalho, dando condições dignas de vida à maioria do povo brasileiro, ou nos condenamos a um desvio cujo final pode ser trágico.

Senhor Presidente, Senhores Ministros,

Ao refletir sobre o melhor caminho para resgatar o trabalhador brasileiro, é imperativo o exame das questões envolvidas no binômio Estado-sociedade. Vejo aí a necessidade de que se responda a uma indagação fundamental, a de determinar os pontos ideais de intervenção do Estado para regular as relações de trabalho. Essa indagação não pede soluções teóricas, mas deve refletir o engajamento de toda sociedade na definição dos rumos da modernização do País.

Nas democracias, essas perguntas são respondidas livremente, nas urnas, pelos eleitores. Nas democracias, existem instituições que oferecem a moldura para as soluções de compromisso. Estas acabam por conduzir a uma partilha mais equânime dos resultados do trabalho e da produção.

No Brasil, houve intervenção estatal excessiva e distorcida, que trouxe pouco benefício para o trabalhador. Mas isso foi consequência do escasso poder da sociedade sobre o Estado. O Estado interveio quase sempre em áreas e atividades onde a maior parte dos trabalhadores brasileiros não precisa dele.

«Lindolfo Collor: Se estamos chegando tarde, cumpre-nos envidar todo o possível para chegar bem.»

Uma das poucas exceções relevantes ocorreu no início dos anos trinta. Começava a industrialização nas regiões Sul e Sudeste, surgiam os primeiros movimentos sindicais, esgotava-se a República Velha e o Estado assumiu a vanguarda da defesa dos direitos do trabalhador. Isso porque o Estado encarnava o desejo de renovação, até o momento em que as aspirações da maioria foram subjugadas pelas ambições autoritárias de um regime ditatorial que quebra a evolução necessária para a democracia.

E aqui quero lembrar e fazer homenagem a Lindolfo Collor, defensor e promotor dos direitos do trabalhador e do cidadão e, como tal, vítima das perseguições da ditadura que, disfarçada de continuísmo, veio interromper um dos raros momentos de nossa história em que a valorização do trabalho foi prioridade da ação do Estado.

Lindolfo Collor permaneceu apenas um ano e quatro meses à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio, do qual foi o primeiro titular. Não tinha apego aos cargos públicos, mas sim às causas públicas. E entre essas causas que nortearam sua vida, eu destacaria as da liberdade e da justiça social. A liberdade, ele defendeu com grandes sacrifícios e privações pessoais e familiares. Conheceu a prisão e o exílio. A justiça social, ele pregou e promoveu em sua carreira de jornalista e político. Além disso, teve papel decisivo na incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro de um conjunto de leis trabalhistas que, em sua época, figuravam entre as mais avançadas do mundo.

A propósito, cito uma passagem da exposição de motivos enviada por Lindolfo Collor ao então Presidente da República: «Muitos anos passamos nós sem fazer praticamente nada no terreno da legislação social. Nesse período outros países foram ensaiando métodos e tentando soluções que não podemos desprezar. Se estamos chegando tarde, cumpre-nos envidar todo o possível para chegar bem».

Essa obra, deixada incompleta por um dos muitos acidentes de percurso de nossa evolução política, eu a vejo como uma herança, da qual me orgulho, e como aspiração e compromisso de lutar pelo respeito ao trabalho e pelo bem-estar do trabalhador.

Também os constituintes de 1988 deram ao Brasil uma nova Carta cujo integral cumprimento, no terreno da ordem social, representaria um verdadeiro salto nas condições de vida do trabalhador. Assim, ao jurar cumprir e defender a Constituição, assumi uma vez mais, perante toda a Nação, a responsabilidade de tudo fazer para levar prosperidade e justiça aos compatriotas que diariamente participam da construção do País.

Senhor Presidente, Senhores Ministros,

Prevalecem hoje nos países desenvolvidos as concepções de cunho liberal. Criticam-se o paternalismo e a ineficiência das políticas de sentido assistencialista, a regulamentação excessiva da vida econômica.

Minha eleição representou o endosso majoritário da sociedade brasileira ao meu projeto de redefinição do papel do Estado e de revigoramento das forças de mercado, mas representou ao mesmo tempo o apoio ao meu compromisso com a maioria pobre, com as classes trabalhadoras. Em nenhum instante defendi as receitas do liberalismo conservador. Tenho plena consciência de que, num País como o nosso, o Estado tem um papel fundamental a desempenhar na distribuição mais justa da riqueza.

«A compreensão já vale por
um começo de acordo.»

Sustento a livre negociação entre empregadores e empregados não para que as coisas permaneçam como estão, mas para

que progridam mais rapidamente do que ocorreria com a ingerência exagerada do Estado. Defendo a livre negociação entre empresários e trabalhadores porque dessa forma é mais fácil observar as especificidades de cada caso, as realidades diversas do trabalhador brasileiro — o dia-a-dia do operário das indústrias, do bóia-fria, do cortador de cana.

Estão hoje assegurados no Brasil os requisitos básicos para o entendimento: liberdade de reunião, de manifestação e de organização. Assim, podem cumprir seu papel fundamental as entidades representativas dos interesses de classe. Os sindicatos de trabalhadores e os grêmios empresariais são pilares fundamentais do processo de repartição da riqueza e do bem-estar.

Permito-me voltar a uma observação de Lindolfo Collor que revela o que considero a própria base do entendimento entre empregados e empregadores, pois supõe uma ética renovada de relacionamento, em que a desconfiança é substituída pela lealdade e pela tolerância: «Para que os homens se compreendam é necessário que se encontrem num terreno de lealdade e numa atmosfera de tolerância. A compreensão já vale por um começo de acordo. Sempre que dois homens, representantes de interesses opostos, se reúnem para discuti-los, a previsão normal é a do entendimento que entre eles surgirá. Este, em poucas palavras, o princípio humano que anima as comissões de conciliação».

Àqueles que, como eu, acreditam na via da economia de mercado como melhor caminho para o desenvolvimento, desejaria fazer uma advertência: não se pode falar em economia de mercado numa sociedade onde a maior parte dos trabalhadores não está integrada ao mercado. Só o atraso cultural explica que muitos dos segmentos mais abastados de nossa população preguem a livre iniciativa como modelo ideal, mas continuem aferidos ao vício de ganhar muito e pagar pouco, tanto em termos de salários, como de impostos.

O plano econômico que pus em execução no dia 16 de março é o primeiro passo no cumprimento da promessa que fiz de retomar o desenvolvimento com justiça social. A inflação vai ser debelada. Outros passos virão. Não deixarei de fazer a parte que me cabe. Mas como disse naquela data, na democracia

quem salva a Nação não é o governo e sim a sociedade. O Estado é instrumento sujeito à vontade popular.

A reconstrução nacional passa pela reconstrução das relações trabalhistas no País, incorporando o trabalhador na formulação das políticas nacionais e na decisão de seu próprio destino. Daí, no momento em que também comemoramos o centenário de nascimento daquele que foi o idealizador do trabalhismo e o primeiro ocupante do Ministério do Trabalho, é fundamental ressaltar a importância de termos, pela primeira vez em nossa história, um trabalhador, um líder sindical, como titular desta Pasta que detém hoje, além do maior orçamento para administrar, a responsabilidade mais direta, dentro do Governo, pela reformulação das relações de trabalho que nos leve a uma nova fase de bem-estar e justiça social.

«Trata-se de salvar a vida de muitos
e de melhorar a vida de todos.»

O Brasil precisa convencer-se de que a salvação do País só se fará com o trabalho dos brasileiros. O trabalho é a fonte de toda riqueza, de todo progresso. O trabalhador é a base da sociedade. Ou valorizamos o trabalho e o trabalhador, ou retribuímos com justiça o seu esforço, ou jamais realizaremos a nossa aspiração de nos tornarmos, no mais breve prazo, um País plenamente desenvolvido.

Ao agradecer ao Tribunal Superior do Trabalho esta homenagem ao centenário de Lindolfo Collor e a oportunidade que me foi dada de dirigir algumas palavras a esta corte e à Nação, gostaria de concluir com uma citação do homenageado que, embora date de 1919, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, guarda especial atualidade:

«Engana-se, profundamente, quem supuser que, dentro da nova ordem de coisas que nasce com o fim da luta das potências, seja possível ainda ir iludindo a verdadeira situação do proletariado e adiando sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental (...) A consciência do mundo está amadurecendo para a reforma social (...) O que é preciso é

dar aos operários leis civis adequadas às suas necessidades nos diversos meios. Um ano, dois, cinco, dez, o prazo final pouco importa. O fato é que os explorados se levantam contra os exploradores. O que não passava de arrancos pessoais ou, quando muito, de movimentos nacionais, é hoje uma aspiração universal».

Historicamente, e há exemplos recentes disso, os povos levantam-se contra as tiranias e contra a dominação estrangeira. Contra a democracia os povos não se levantam, pois ela é a expressão concreta do poder do povo sobre seus próprios destinos. Na democracia, a sociedade dispõe dos instrumentos políticos necessários à alteração da realidade de acordo com os desígnios da maioria. Os trabalhadores, que são maioria, têm, portanto, as condições indispensáveis à livre expressão de seus anseios e ao encaminhamento e negociação de suas reivindicações, dentro das regras do jogo democrático.

As conquistas da democracia, nesse sentido, não são um fim em si mesmas, mas um meio para a consecução das aspirações de justiça, progresso e bem-estar. Os trabalhadores brasileiros, estou seguro, saberão fazer da nova ordem política e jurídica o caminho para uma nova ordem econômica e social em que o País se liberte das amarras da pobreza e do atraso, alcançando, o quanto antes, a condição de sociedade verdadeiramente integrada à era contemporânea.

Esse processo, que já começou, precisa ganhar impulso cada vez maior. O Brasil tem pressa. Trata-se de salvar a vida de muitos e melhorar a vida de todos. Trata-se de assegurar finalmente a cada um dos brasileiros a dignidade e a realização pessoais a que todos os homens têm direito.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião das comemorações do Dia do
Trabalho no Tribunal Superior do Trabalho,
em Brasília, DF, no dia 1.º de maio de 1990.*

Visita à 56.^a Exposição de Gado Zebu

Venho, pela primeira vez como Presidente da República, a este grande estado. E chego a Minas Gerais pela porta da produção, do trabalho, da dignidade e da crença no grande Brasil que haveremos de construir.

Em novembro e em dezembro do ano passado, o Brasil inteiro se mobilizou em torno da primeira eleição presidencial realizada nos últimos 30 anos. A eleição se passou em dois turnos. As paixões foram desencadeadas. O debate foi livre. O entrelaço de opiniões também foi colocado para a análise de toda a população brasileira. E depois de passada a refrega eleitoral, graças a vocês do Triângulo, de Uberaba e de Minas Gerais, cheguei à Presidência da República.

Nós tratamos de resgatar um por um os compromissos que assumimos com vocês. Dizia, naquela oportunidade, que eu não estava ali pelos palanques em nome daqueles que têm sede de poder, mas sim em nome daqueles que têm sede de justiça. Justiça para que todos possam trabalhar, justiça para que todos possam produzir, justiça para que todos tenham direito a uma sobrevivência condigna, de acordo com o que prescreve a nossa Constituição.

«Não tenho compromisso com
as elites atrasadas.»

Todos sabem como se realizou aquela campanha e, como disse desde o primeiro dia em que tomei posse como Presidente da República Federativa do Brasil pelo voto direto, eu venho tratando de pagar uma por uma as minhas promessas. Não tenho compromisso com grupos. Não tenho compromisso com as elites atrasadas que levaram este País para o poço em que se encontra. Os meus compromissos estão no coração de cada um de vocês, na consciência de cada um de vocês. De Norte a Sul e de Leste a Oeste deste Brasil, eu sei que depositam em cima destes ombros muitas esperanças. E eu não vos trairei em momento nenhum de meu mandato.

Aí está, minha gente, o nosso programa econômico. É um programa para consertar, de uma vez por todas, este Brasil. É um programa que necessita não somente de apoio de todos vocês, que estão sustentando a nossa crença no grande futuro da Nação. Mas é necessário que a classe política se posicione responsabilmente diante do plano econômico, que visa salvar a Pátria.

Eu quero só ver, no dia 3 de outubro, data das próximas eleições, aqueles políticos que, patrioticamente com espírito público e com os ouvidos no coração da nossa gente, estão apoiando o nosso programa, o nosso plano, que é o Plano Brasil Novo. E quero ver, também, aqueles que se posicionaram contra, porque eles serão denunciados no altar da nacionalidade.

Vocês sabem que, como vocês, eu sou um homem de luta. Eu sou um homem de desafios, de enfrentar problemas e de resolvê-los.

Da mesma maneira como jurei a vocês na campanha transformar o nosso País num País novamente cheio de esperanças no seu futuro, venho mais uma vez a vocês, diante do altar das

minhas emoções, dizer que nós, juntos, haveremos de recolocar o Brasil nos trilhos da prosperidade, do progresso e da justiça social.

Obrigado, Minas Gerais. Obrigado, Triângulo Mineiro. Obrigado, Uberaba.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na 56.^a Exposição de Gado Zebu,
em Uberaba, Minas Gerais,
no dia 3 de maio de 1990.*

Liberação de Recursos para a Área de Saúde

A dívida que o Estado brasileiro tem para com a sua população é enorme, dívida esta que vem se acumulando ao longo dos anos, sem que as iniciativas empreendidas até então tenham conquistado o êxito necessário para sanar definitivamente um dos grandes males deste País, que é a desassistência à saúde do povo brasileiro.

Um dos pilares da carta de compromissos do Governo do Brasil Novo é, sem dúvida nenhuma, Senhores Ministros, Senhores Secretários, o compromisso com a saúde da nossa população.

Todos nós sabemos que problemas sociais não podem ser resolvidos tão-somente com boas intenções, com discursos e com promessas. Mas, fundamentalmente, para que possamos superar essas dificuldades, são absolutamente necessários e indispensáveis os recursos suficientes para fazer face a essa demanda. Não somente os recursos, mas a boa aplicação desse dinheiro, com eficiência, por parte de todo o sistema médico de nosso País.

Eu tenho plena confiança de que o sistema de medicina brasileiro está à altura do chamamento que neste momento, neste instante, a sociedade brasileira faz, por intermédio do Gover-

no do Brasil Novo, para que haja essa participação decisiva no sentido da superação do grave quadro de crise da saúde brasileira.

O nosso Governo vem, apesar dos poucos dias de empossado, demonstrando de uma maneira também muito clara, de uma maneira inequívoca, essa preocupação. E apesar dos momentos difíceis por que estamos passando, estamos encontrando condições para revolver os cofres do Tesouro, os cofres do Ministério da Saúde, para atendermos a essas solicitações.

«A população brasileira não se encontra
tranquila com a assistência médica de
que dispõe.»

O programa de saúde «SUDS», inscrito hoje na nossa Constituição, com as modificações que passarão a ser implementadas e, a partir daí, o «SUS», com as medidas que vêm sendo tomadas no âmbito do Ministério da Saúde — no que tange a organização e métodos na busca de uma maior eficiência — justificam, por sua importância, nossa absoluta determinação de encontrar os recursos necessários para atendermos a essas demandas. Senhor Ministro, Senhores Secretários presentes a esta sessão, neste instante, repassamos para os estados os recursos que o Governo da União devia às unidades da federação. Quitados já foram também os nossos débitos com as Santas Casas e os hospitais. Cerca de 47 bilhões de cruzeiros estarão sendo liberados a partir da assinatura desses convênios.

Tenho a convicção plena e a certeza absoluta de que esses recursos serão aplicados com a eficiência necessária para que possamos retirar dessa aplicação os resultados mais abrangentes possíveis e, assim, minorar o sofrimento da população brasileira que hoje não se encontra tranquila com a assistência médica de que dispõe.

É um primeiro passo. É um gesto. É um sinal. Mas este sinal significa, sobretudo, a nossa preocupação de fazer valer o nosso compromisso com a questão social do País e com a solução desses mesmos problemas.

Por isso espero e tenho a certeza de que, com a ajuda de Deus, com a ajuda de todos os companheiros que hoje estão engajados nesse grande projeto nacional, possamos, finalmente, atender à conclamação da imensa maioria do povo brasileiro que deseja ter direito à saúde, que deseja ter direito à vida. E esse direito cabe ao Estado, em grande parcela, não somente porque isso está inscrito na nossa Constituição, mas porque esse é o nosso desejo e a nossa determinação.

Parabéns ao Senhor Ministro de Estado, parabéns aos Senhores Secretários de estado, das unidades federativas. Espero, sinceramente, que gestos como estes se repitam ao longo de todo o nosso período administrativo para que juntos, de mãos dadas, e acima de quaisquer eventuais divergências, partidárias ou ideológicas, possamos, com essa união de esforços, saciar a reclamação e a necessidade de que a nossa população tem de ser bem atendida no campo da medicina.

Parabéns, Senhor Ministro. Parabéns aos Senhores Secretários; muito obrigado aos senhores e senhoras.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
ao receber os Secretários de Saúde dos estados,
acompanhados pelo Ministro da Saúde, Alcení Guerra,
para a solenidade de liberação de recursos para a área de saúde,
no Palácio do Planalto, no dia 3 de maio de 1990.*

Visita ao Porta-Aviões Minas Gerais

O mundo hoje vislumbra com esperança o horizonte da paz. A democracia generaliza-se como modelo político e pode propiciar uma convivência mais aberta e amistosa entre os povos. Há que aproveitar o momento e fazer com que as diferenças históricas e culturais deixem de ser obstáculos ao diálogo e transformem-se em fator de interesse e ponte para a cooperação. Diante da desenfreada corrida armamentista e do acúmulo de capacidade destrutiva, as sociedades chamam seus líderes à razão. Nada justifica que a criatividade humana seja dirigida a deixar-nos cada vez mais próximos da auto-extinção. Nada legítima o desperdício de recursos, quando a maior parcela da humanidade se vê ainda obrigada a lutar, dia após dia, por meios de sobrevivência.

Desmontam-se as barreiras ideológicas. As alianças com outros enfoques que não o da paz perdem ênfase como núcleo de processo internacional. Altera-se o conceito de segurança. Temos de repelir a idéia de que a segurança de um baseia-se na insegurança dos outros, e sustentar a convicção de que só haverá verdadeiramente segurança quando todos se sentirem seguros. Em termos estratégicos, é nos oceanos que a chamada neodistensão vai sentir de forma mais clara os seus efeitos. Num cenário em que se vai esvaziando a competição global entre as

superpotências, e onde os conflitos se fazem cada vez mais localizados, os mares podem finalmente realizar a sua vocação do melhor entendimento e da aproximação entre as nações.

Esse foi sempre o desejo do Brasil. Jamais caímos no engano de pretender transformar nossa posição proeminente no Atlântico Sul em fonte de inspiração de esforços hegemônicos. Praticamos e defendemos sempre a soberania. Buscamos ao longo dos anos preservar a região das disputas provenientes de outros quadrantes. Foi essa a motivação da iniciativa que tomamos nas Nações Unidas, no sentido de estabelecer as zonas de paz e a cooperação no Atlântico Sul. Em boa parte, as nossas lutas político-diplomáticas têm alcançado êxito, e o meu governo está determinado a manter e a acentuar este vetor de nossa ação internacional.

«Uma boa ordem no Atlântico Sul
é requisito básico para o
progresso do Brasil.»

A Marinha tem um papel fundamental a desempenhar na realização do desejo brasileiro de fazer do Atlântico Sul um espaço de afirmação da liberdade, de prevalência da paz e de aceleração do desenvolvimento dos países por ele banhados. Quando na Segunda Guerra Mundial se tratou de defender a democracia do nazi-fascismo, de reagir a ataques que nos mares ceifaram a vida de dezenas de brasileiros, os homens de nossa Marinha souberam compensar com dedicação e sacrifício a limitação dos recursos materiais e, em cooperação com os aliados, contribuíram de maneira decisiva para o trânsito seguro de pessoas, mercadorias, tropas e equipamento militar.

Hoje, os tempos são outros. A Marinha moderna, aparelhada com o melhor da tecnologia, continua a ser instrumento vital na tarefa de dar segurança e apoio a todos quantos se dedicam à navegação no Atlântico Sul e a explorar os seus recursos, com o real propósito da cooperação e do progresso, respeitando as normas do Direito Internacional. Uma boa ordem no Atlântico Sul é requisito básico para que o progresso do Brasil

se faça acompanhar de uma inserção mais intensa e dinâmica na economia e no processo decisório internacional.

Não poderia deixar de salientar a importância da missão que a Marinha desempenha no sentido de garantir a presença atuante do Brasil na Antártida. Sob a coordenação do Ministro Mário César Flores, a Comissão Internacional para os Recursos do Mar é responsável pelo gerenciamento do Programa Antártico Brasileiro, que prevê os recursos necessários para as pesquisas que nossos cientistas levam a cabo naquele continente, os indispensáveis meios flutuantes e a manutenção da Estação Comandante Ferraz. Realiza-se, dessa forma, objetivo relevante de nossa política externa, conferindo ao Brasil voz ativa no âmbito das reuniões do Tratado da Antártida, instrumento que há 30 anos vem assegurando a paz e a harmonia no Continente Austral.

**«A Marinha é credora do
reconhecimento e do apreço
da Nação.»**

O papel da Marinha não se esgota no Atlântico Sul e na Antártida. Além de projetar o Brasil em todos os continentes e oceanos do mundo, a Marinha realiza um importante trabalho de integração dos países latino-americanos, aos quais estamos ligados não apenas por nossas vias marítimas, mas também por nossos principais sistemas fluviais; e de integração dos próprios brasileiros, que a Marinha ajuda a aproximar e aos quais presta relevante assistência social.

A Marinha é credora do reconhecimento e do apreço da Nação. O Brasil alcançou a democracia e conta com a Marinha para preservar a liberdade. O Brasil alcançará a condição de País plenamente desenvolvido, e conta com a Marinha para que essa aspiração se concretize.

*Senhor Ministro da Marinha, Senhores Oficiais-Generais,
Senhores Oficiais, Marinheiros do Brasil,*

Não se entende a história da construção da nacionalidade brasileira sem que recordemos a história de nossa Marinha de

Guerra. A experiência de compartilhar momentos para mim tão significativos a bordo de nossa esquadra leva-me a reverenciar a memória dos brasileiros que, dedicando suas vidas a esta Força, dedicaram-se ao Brasil. Entre eles realço a figura do Marquês de Tamandaré, que meses após a Proclamação da Independência começa, como voluntário, uma carreira brilhante, ao longo da qual participou dos principais episódios de nossa história naval. A trajetória de Tamandaré acabou por levá-lo, com toda justiça, à condição de Patrono da Marinha do Brasil. O Marquês de Tamandaré simboliza o valor e o patriotismo dos homens da Marinha.

Na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, confio no apoio competente, leal e disciplinado desses homens para o cumprimento do honroso, porém difícil, mandato que me foi conferido pela Nação. Vivemos tempos de paz, que não de permanecer, mas o chamado heróico do Almirante Barroso vai inspirar sempre a todos nós, brasileiros: «O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever». Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante visita ao porta-aviões Minas Gerais,
no Rio de Janeiro,
no dia 6 de maio de 1990.*

Visita ao Batalhão da Guarda Presidencial

Com a eleição direta do Presidente da República, o Brasil completou seu processo de transição democrática. O nosso povo recuperou o poder de determinar livre e soberanamente o seu destino. Somos uma sociedade reencontrada com a plenitude da cidadania, do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Esta unidade do Exército, criada em 1823 com a designação de Batalhão do Imperador, nasceu para servir diretamente a D. Pedro I, figura maior da Independência e símbolo da autonomia que nossos antepassados tanto lutaram para conquistar. Por aqui passou, como primeiro porta-bandeira do Batalhão, aquele que viria a ser o patrono do Exército: o Duque de Caxias.

Militares do meu Batalhão da Guarda Presidencial,

Na democracia que soubemos construir, a exemplo do que ocorre em todos países livres do mundo, o povo escolhe nas urnas os seus governantes. O Presidente da República é expressão e intérprete legítimo da vontade da Nação. Aos integrantes deste Batalhão cabe, portanto, a defesa de um dos poderes constituídos do Brasil. Os senhores representam a obediência leal e disciplina devida àquele que, além de Chefe de Estado e de Go-

verno por livre escolha dos brasileiros, é também, por disposição constitucional, o Comandante Supremo das Forças Armadas.

Venho aqui renovar os protestos de fé no potencial e na vitalidade do País. Tenham em mente que o Brasil deverá chegar ao terceiro milênio não mais como promessa do futuro, mas como sociedade plenamente desenvolvida. Para isso contamos com um Exército forte, coeso e disciplinado, um corpo de homens dedicados à defesa constitucional da independência e da liberdade do Brasil.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante visita ao Batalhão da Guarda Presidencial,
em Brasília, DF, no dia 9 de maio de 1990.*

Visita ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas

O Brasil pode finalmente orgulhar-se de ser um País livre. Com a conquista da plenitude democrática, concretizada nas eleições diretas para a Presidência da República, cada um de nós pode agora participar da tomada de decisões sobre o destino de nossa sociedade.

Esta unidade foi testemunha e protagonista de momentos importantes da história da conquista da liberdade pelo povo brasileiro. Criada ainda em 1808, quando da transferência da coroa portuguesa para o Brasil, presenciou a Independência, atuou na Proclamação da República e vive agora o reencontro definitivo com a democracia.

No rigor do comportamento e no garbo da apresentação dos membros deste Regimento, vejo um exemplo da grandeza cívica e do espírito patriótico que sempre caracterizaram os homens do Exército Brasileiro, sentimentos que devem estar presentes em todos nós.

Dragões da Independência!

Como cidadãos de uma democracia e como soldados de uma Nação livre, os senhores devem sentir-se honrados com a missão de guardar o palácio presidencial. Ao fazê-lo, não guar-

dam apenas uma pessoa. Defendem, isto sim, um dos poderes constituídos do Brasil, um porta-voz legítimo da vontade do povo.

O Presidente da República é hoje não mais um indivíduo investido de poder de fato, mas encarna instituição democrática, expressão e garantia do poder soberano dos brasileiros de governarem-se a si mesmos.

Ao guardarem o Presidente, os senhores defendem a Nação de que são parte, protegem a democracia, e dão contribuição decisiva para que o Brasil alcance o desenvolvimento e a justiça social pela via da paz e da liberdade.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante visita ao 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas
em Brasília, DF, no dia 9 de maio de 1990.*

Liberação de Verbas para a Saúde do Rio de Janeiro

Hoje o que aqui assistimos, muito mais do que o cumprimento fiel a um dispositivo constitucional, é o cumprimento de um ditame da própria consciência de brasileiros.

Todos nós estamos imbuídos de que a saúde, no Brasil, está rudemente atacada por vários vícios que se vêm perpetuando ao longo do tempo: o vício da dispersão de recursos, o vício da falta de eficiência, o vício da falta de articulação, o vício de equívocos e erros que vieram se acumulando ao longo dos anos. Agora é chegado o momento de nós extinguirmos esses vícios, de uma só vez.

Para isso, muito mais do que recursos financeiros, são necessários recursos humanos. Muito mais do que recursos financeiros e recursos humanos é necessária esta demonstração de espírito público que todos nós hoje, aqui, estamos oferecendo à sociedade, numa articulação acima das questúnculas menores da vida partidária, que, em alguns momentos de paixão política, afastam os homens e os fazem sair da trilha do atendimento aos clamores da sociedade brasileira.

Nós estamos dando uma demonstração de que a classe política, em todos os seus três níveis de atuação — federal, estadual e municipal — se encontra num chamamento à razão e à

responsabilidade colocadas, neste momento, por uma população sofrida, angustiada, que deseja o fim, de uma vez por todas, da falta de assistência médica e do descaso.

«União de esforços para resolver
a angustiosa situação da saúde pública.»

O Presidente da República, por intermédio do Ministério da Saúde, vem dando passos importantes — é bem verdade que passos iniciais, mas não podemos fazer uma longa caminhada sem que o primeiro passo seja dado — para que essa articulação com os governos estaduais e municipais, e hoje, especialmente, com o governo do estado do Rio de Janeiro, a prefeitura da cidade do Rio e demais prefeituras daquele grande estado, no sentido de juntarmos o melhor de nossos esforços, para que possamos resolver a angustiante situação da saúde pública no nosso País. Esse é um passo importante. Muito importante. Essa articulação é absolutamente necessária. E espero que essa articulação não seja, em nenhum instante, afetada por questões de disputas políticas, por questões de disputas eleitorais. Porque, acima dos interesses particulares que eventualmente cada um de nós tenha neste momento, e este é um ano eleitoral, existe o interesse público a ser atendido. É necessário que a classe política demonstre à sociedade brasileira que tem consciência do seu dever, e mais do que consciência do seu dever, ela deve estar a postos, pronta para encarar e para enfrentar, de frente e decisivamente, a questão da saúde no País.

Há cerca de dez dias, numa reunião com vários secretários estaduais, repassamos recursos de um montante bastante elevado. Recursos esses que agora estão sendo somados à melhor aplicação e maior eficiência dos nossos recursos humanos.

Finalmente, não temos também dúvida nenhuma de que este trabalho, com a seriedade com que vem sendo encarado por todos nós que aqui estamos presentes e por todos aqueles que participam de uma forma decidida na solução desta questão,

haveremos de conquistar resultados positivos num breve espaço de tempo, de modo a atender a esta demanda e a esse grito lancinante de dor da população mais necessitada do nosso País.

É necessário também que se sublinhe aqui a necessidade que cada um de nós, chefes de Executivo, tem de encontrar no seu próprio orçamento condições para o atendimento das questões sociais. Não podemos resolver problemas sociais se não tivermos recursos para tanto. E temos consciência de que há um inchaço nas nossas máquinas administrativas, herança acumulada ao longo de muitos e muitos anos. Não cabe aqui buscar a responsabilidade por isso. Este é o fato. E nós precisamos agir no sentido de tornar os nossos orçamentos equilibrados, e de ter nesses nossos orçamentos uma liberdade de recursos para investimentos nas áreas sociais. Ao estado, ao município, cabe a responsabilidade direta no atendimento dessas demandas sociais, e para isso é fundamental que todos nós, tendo essa consciência, possamos agir em consequência, juntar os nossos recursos e poder fazer, assim, com que a sua aplicação seja a mais efetiva e eficiente possível.

**«Saúde: compromisso do Governo
com a sociedade brasileira.»**

Lembro que dentro do nosso programa de Governo já detectávamos a falência da saúde no nosso País, e um dos motivos era exatamente a destinação orçamentária mínima que se dava a esse setor. Apenas 3,5% do PIB. O nosso Governo tem um compromisso com a sociedade brasileira de, ao final deste mandato, estarmos aplicando um mínimo de 10% do PIB para as ações de saúde no nosso País.

Quero também fazer aqui um registro e um agradecimento especial ao Congresso brasileiro, representado nesta solenidade na pessoa do seu presidente, senador Nelson Carneiro, pelo apoio que deu, pelo entusiasmo com que, nos momentos importantes, lutou pela aprovação do nosso programa econômico.

Graças a esse entusiasmo — que não foi somente do senador Nelson Carneiro, mas também dos nossos deputados federais aqui presentes, da bancada do Rio de Janeiro, que de uma maneira forte, de uma maneira vigorosa, apoiaram decisivamente o nosso plano econômico —, é que nós estamos encontrando a folga necessária para podermos liberar esses recursos não somente para a área de saúde, mas também para todas as outras áreas sociais para as quais também voltamos as nossas preocupações.

Quero agradecer a presença do Exmo. Senhor Governador do estado do Rio de Janeiro, do Exmo. Senhor Prefeito da cidade do Rio, cidade a que tanto me afeiçoei, não somente porque lá nasci, mas porque lá também nasceram os meus filhos, porque lá foi formada a nossa adolescência, e porque o Rio de Janeiro deixa de ser um patrimônio apenas dos seus filhos, porque é um patrimônio da nação brasileira. O Rio de Janeiro é a síntese das qualidades, é a síntese da alma e do espírito do povo brasileiro.

Fico contente de assinar este protocolo e tenho certeza, Senhor Ministro da Saúde, que o apoio que a OPAS vem concedendo e vem emprestando ao nosso programa será um apoio crescente, porque nós precisamos estar articulados em todos esses níveis com vistas a poder cumprir com o nosso papel, não somente ditado pelas letras da Constituição, mas ditado sobretudo pelo dever de consciência de homens públicos como nós, que temos a certeza de que, enfrentando o problema de frente, haveremos de trazer a solução que todos nós desejamos.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de liberação de verbas para a
saúde do Rio de Janeiro, realizada no Palácio
do Planalto no dia 9 de maio de 1990.*

Audiência com os Prefeitos Alagoanos

Eu gostaria de dizer a todos os meus amigos aqui presentes da imensa alegria que sinto como Presidente da República ao recebê-los a todos nesta Casa que, de modo geral, é a casa do povo brasileiro, e de um modo muito particular é a casa do povo alagoano.

Todos sabem da grande luta que foi travada para que aqui pudéssemos estar, representando os anseios e as expectativas maiores daquela população mais sofrida do nosso País, representando os sonhos e os desejos de toda uma geração e representando, sobretudo, o nosso querido e sofrido Nordeste brasileiro. O fato é que a voz de Alagoas, a voz do povo alagoano, a alma do nordestino prevaleceu no último pleito eleitoral. A população brasileira achou por bem conduzir à Presidência da República um nordestino, representando o grande e bravo estado das Alagoas, para que a esse Presidente eleito pela vontade popular fosse dada a incumbência de promover as mudanças e as transformações sociais que — todos nós sabemos — são absolutamente necessárias para resgatar o Brasil para os seus filhos, readquirindo a credibilidade e a confiança de seu povo nas nossas instituições e nos nossos valores maiores.

Lembro-me muito bem de que essa caminhada foi iniciada por uma prefeitura, a Prefeitura de Maceió. Como prefeito de

Maceió tive gratificante experiência. Adquiri, a partir daquele instante, um respeito ainda maior pela atividade dos chefes de Executivo Municipal e também pelos chefes do Legislativo mirim, porque verifiquei na pele, no dia-a-dia, que as grandes demandas, que as grandes queixas, que os grandes reclamos da comunidade são feitos, em primeiro lugar, ao prefeito. Ao prefeito cabe resolver tudo, da água que está faltando à luz que não está sendo suficiente, o calçamento, o saneamento, a falta de moradia, os preços na feira e até mesmo a briga familiar. Por isso, tenho e acalento dentro de mim este sentimento municipalista.

O compromisso municipalista

Lembro-me de que quando fundamos o nosso partido, o Partido da Reconstrução Nacional, nas conversas mantidas com o Deputado Renan Calheiros, com o Deputado Geraldo Bulhões, um dos postulados que fizemos questão de incluir no manifesto de fundação do partido foi exatamente o compromisso municipalista. Lá está neste documento o nosso compromisso com o municipalismo.

Como disse, nossa caminhada se iniciou pela Prefeitura de Maceió. Logo após, como Deputado Federal, alguns talvez se lembrem, tivemos oportunidade de fazer esse trabalho de peregrinação, de ministério por ministério, de órgão público por órgão público, na companhia do Oscar Fontes Lima, de Severino Leão, que é o prefeito de Arapiraca. Aqui levavam até na brincadeira, porque nós saíamos com um bando de prefeitos — eram 10, 12 prefeitos que a cada leva vinham —, e nós saíamos nessa comitiva, andando de ministério em ministério, fazendo solicitações e pedidos. Lembro do nosso saudoso prefeito Enoque do Girau, que também nos acompanhou nessas lutas. Enfim, sentia, como Deputado Federal, o mesmo que hoje os nossos Deputados Federais aqui presentes e o Senador da República devem estar sentindo neste momento — talvez com um pouco mais de conforto, porque sabem que na Presidência da Re-

pública eles têm um amigo, uma pessoa que quer a todos que aqui estão muito bem e que tem o maior respeito e a maior admiração pelo mandato e pela representação que eles carregam nos seus ombros em nome do povo alagoano.

De modo que, após esse mandato de Deputado Federal, onde tomei conhecimento, ainda mais de perto, das agruras por que passam os nossos prefeitos, chego ao Governo do Estado, também num momento importante da vida alagoana. Foi um momento de mudanças, um momento de ruptura com estruturas políticas que estavam à frente dos destinos de Alagoas, mas uma ruptura que não significou animosidade em relação a quem quer que seja. Foi apenas a oportunidade que nos foi dada de tentar implementar à frente do Executivo do meu estado, do nosso estado, uma nova prática política. Isso foi feito em dois anos e dois meses de mandato. Um mandato muito sacrificado como todos acompanharam, pela indisposição que logo de início se estabeleceu no relacionamento entre Governo do Estado e o Governo da República. Mas foram dois anos e dois meses de sacrifícios amplamente recompensados, não somente pela solidariedade que recebi dos senhores, pela cooperação que tive dos senhores, mas também pelo sentimento de alagoanidade que nos irmanou no período seguinte, que foi o da candidatura à Presidência da República: uma candidatura que nasceu rigorosamente em Alagoas, de Alagoas e por Alagoas.

No começo, de uma forma tímida, alguns, para não dizer vários dos aqui presentes, diziam: «Mas será que o Governador não está querendo dar um passo maior do que as pernas? Será que é esse o momento? Será que Alagoas tem condições de fazer um Presidente da República? Como é que a gente vai se lançar contra candidatos que já aí estão há tanto tempo representando estados tão mais importantes? Onde é que ele vai conseguir votos para chegar à Presidência?»

Sempre tive muita fé em Deus, muita confiança na reta intenção que sempre me animou em todos os instantes da minha vida, e sobretudo muita confiança naquilo que eu tinha por meta realizar. E saímos nessa peregrinação por todo o Brasil, sempre levando a palavra de Alagoas. Onde eu chegava não era apenas a pessoa do Governador, mas era, sobretudo, a pessoa

do Governador de um estado como Alagoas, um estado que deu o grito de alerta em 86 contra essas injustiças, contra essas mazelas, contra essas atitudes que denigrem a atividade pública, contra o fisiologismo, contra a prática espúria que dominava alguns setores da vida nacional. Era Alagoas, sempre Alagoas, que era falada e que era lembrada.

Compromisso com Alagoas

Nesta eleição, cem anos depois de um alagoano ter chegado pela primeira vez à Presidência, quando proclamou a República o Marechal Deodoro da Fonseca, um outro alagoano chega à Presidência não para proclamar a República, mas para, sem nenhum tipo de pretensão, ajudar a consolidar a República, porque a República somente poderá ser consolidada na medida em que nós estreitarmos os nossos laços de compromisso com a democracia, com o respeito à Constituição, e sobretudo com o respeito à vontade popular, expressa sempre pelas urnas, pelo voto. O compromisso com Alagoas é, portanto, enorme, é muito grande. Nós temos um mandato de cinco anos pela frente.

Hoje mesmo no almoço comentávamos que parece que estamos à frente do Executivo desta Nação há um ano ou mais, mas a grande realidade é que não completamos sequer 60 dias de Governo. A impressão que se tem é de que já estamos aqui há muito tempo, pela maneira como todos estamos trabalhando pelo País: com absoluta dedicação à causa pública e, por termos pressa, querendo resolver rapidamente todos os problemas. Teremos cinco anos de uma convivência profícua. Os senhores prefeitos foram eleitos em 1988, e eu terei a honra de poder governar a Nação enquanto todos os prefeitos aqui presentes estarão governando os seus municípios.

Eu não preciso lhes dizer que todos, sem exceção, terão do Presidente da República e do Governo Federal a melhor das atenções. E essa atenção não fica apenas no campo da retórica, no campo da palavra nem no campo do discurso. Isso significa dizer que vocês podem contar com o apoio do Presidente da

República para realizar nos seus municípios a obra administrativa que se comprometeram a realizar e que as suas comunidades esperam.

Quero dizer também à nossa bancada federal, ao nosso Senador e aos nossos Deputados Federais que tanto nos ajudaram na aprovação do programa econômico, que eles, como já sabem, têm aqui no Palácio do Planalto as portas inteiramente abertas para os seus pleitos e as suas solicitações.

Quero dizer do apreço que tenho por todos os representantes de Alagoas no Congresso Nacional, da gratidão que tenho a todos eles, porque sem o voto favorável que eles emprestaram no Congresso Nacional nós não poderíamos, hoje, estar comemorando o sucesso da implementação do nosso programa, cuja exigência nasceu das nossas bases, nasceu do grito de clamor da população mais sofrida do nosso País.

Gostaria, também, de agradecer ao presidente da Associação dos Municípios de Alagoas, João Caldas, pela iniciativa que teve de proporcionar esse momento, para mim de muita emoção. E vocês sabem a emoção que eu estou sentindo nesse momento, porque afinal de contas é a representação do nosso povo alagoano que aqui está no Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo. E vocês chegam aqui para cumprimentar e para abraçar um amigo que todos sabem que têm na Presidência da República.

Quero agradecer, portanto, ao presidente João Caldas, e dizer que amanhã os senhores podem estar certos de que os Ministros da República e os Secretários de Governo estarão a postos para recebê-los. E que os senhores Ministros os recebam, como sempre, de portas abertas, de coração aberto.

Muito obrigado a vocês.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
ao receber os prefeitos alagoanos, no Palácio do Planalto,
no dia 9 de maio de 1990.*

Reunião Ministerial: Um Balanço dos 60 Dias de Governo

Estamos prestes a completar dois meses de Governo. Em pouco tempo, fizemos muito. Agora precisamos fazer muito mais, e mais depressa.

A sociedade brasileira estava farta de esperar. Tratamos, por isso, de dar claro sentido de urgência aos primeiros atos do Governo, que eram também os primeiros atos da democracia que acabávamos de conquistar. Como não pode deixar de ocorrer num regime democrático, pautamos nossa conduta pelo respeito rigoroso à Constituição. Governamos com a Constituição. Essa fiel obediência à Carta Magna nós a demonstramos nitidamente no acato às decisões do Congresso Nacional e do Judiciário. Coube ao Poder Legislativo, aliás, a responsabilidade histórica de examinar, debater e aprovar as medidas iniciais que adotamos.

Governamos em nome da sociedade, para a sociedade, a quem expressei nesta hora o meu vivo agradecimento pela compreensão e apoio que nos tem dado.

Encontramos um País perplexo e descrente diante de um quadro de hiperinflação, estagnação e descontrole financeiro. Projetava-se para este ano uma queda acentuada do produto industrial. Antecipava-se uma corrosão acelerada do poder de

compra dos salários, uma vez que os reajustes se faziam sempre pela inflação do mês anterior, invariavelmente mais baixa do que a do período seguinte. Assistia-se à diminuição dos saldos da balança comercial, devida ao menor dinamismo das exportações e ao aumento especulativo da demanda por produtos importados. Resignava-se o Brasil com a realidade de uma década em que a regra para os países em desenvolvimento foi a deterioração, ao invés do progresso.

As principais causas internas da crise eram conhecidas: a desorganização financeira do setor público, para o qual se previa um déficit operacional de 9% no ano passado; a emissão indiscriminada de moeda para o financiamento desse déficit; o crescimento exponencial dos gastos do Governo com o financiamento da dívida interna; e, finalmente, de parte dos agentes econômicos, uma reação ao quadro vigente que se traduzia em corte nos investimentos e em políticas de preços francamente inflacionárias.

O plano de ajuste econômico que decidimos implementar com vistas à superação dessa realidade tem como meta de curto e médio prazos conciliar o combate à inflação com o menor custo social possível. Tem, no entanto, como finalidade última a retomada do crescimento e a distribuição mais equilibrada da renda em nossa sociedade.

As medidas anunciadas a partir do dia 16 de março atacaram frontalmente as causas da crise. Realizou-se uma reforma financeira que promoveu forte redução na liquidez. Iniciou-se uma reforma administrativa e fiscal em função da qual vamos alcançar um ganho de aproximadamente 10% do PIB, derivado de contenção de 3,5% do PIB nas despesas do Governo Central, 2,5% de alienação de ativos da União e de aumento de 4% do PIB na receita tributária. Implementou-se uma política de rendas destinada a minorar os custos sociais das medidas nas áreas financeira, administrativa e fiscal.

Os resultados positivos do plano são claros. As taxas de inflação reduziram-se drasticamente. Os vários indicadores disponíveis apontam para níveis de elevação próximos de zero. Os salários tiveram seu poder aquisitivo ampliado em razão do conjunto de medidas adotadas. Em março, houve um reajuste

de 72,78%, enquanto a inflação, herdada do período imediatamente anterior à adoção do plano, foi de 44,8%. O aumento dos salários reais comprova-se nitidamente com o crescimento nas vendas dos bens mais importantes para a classe trabalhadora.

Não se pode deixar de levar em conta, porém, que na passagem brusca de uma situação hiperinflacionária para um cenário de preços estáveis, são naturais alguns desajustes nos níveis de produção e emprego entre os vários setores da economia. O Governo cuidou rapidamente de agir objetivando que esses desajustes pudessem ser superados o quanto antes. Tal ação concentrou-se no apoio, consubstanciado na liberação direta e indireta de recursos bloqueados, a quatro setores econômico e socialmente estratégicos: a construção civil, a indústria automobilística, a de máquinas e equipamentos e a agricultura.

O Governo decidiu também autorizar liberações destinadas a amenizar as dificuldades enfrentadas por categorias cuja subsistência dependia de renda proveniente de ativos financeiros. É o caso dos aposentados e idosos, dos doentes submetidos a tratamento médico e dos desempregados.

«Arrancamos definitivamente na direção
de nosso objetivo: a construção
de um País digno.»

Há poucos dias, o Governo teve a oportunidade de anunciar uma nova sistemática de supervisão de preços e também uma significativa alteração de nossa política de importações. Ambas as decisões devem ser vistas como um sinal claro de que, diante do êxito alcançado até agora pelo plano, já estão dadas as condições para as medidas de caráter mais estrutural. Na área do comércio exterior, fica confirmada, na prática, a determinação do Governo de promover uma inserção realmente mais intensa e dinâmica do Brasil na economia internacional. Essa determinação tem implicações óbvias para o que se exige agora de nossa economia em termos de desempenho.

As decisões que tomamos nestes quase dois meses de Governo configuram passo histórico de grande significado. A sociedade brasileira está plenamente engajada no processo. Não haverá recuo possível. Arrancamos definitivamente na direção de nosso objetivo: a construção de um País digno, respeitado, confiante, socialmente justo. Um País que respeite as suas crianças, preserve e defenda seu meio ambiente; um País que trabalhe pela formação de sua juventude, isenta de vícios políticos e químicos.

Antes de passar à segunda parte destas considerações quero reiterar, enfaticamente, a todos os brasileiros o meu apelo no sentido de que evitem o consumo desnecessário. Peço também que continuem a pechinchar, observem atentamente os preços, optando sempre pelo produto mais barato e deixando de comprar o que for excessivamente caro. Agindo dessa maneira, o trabalhador valoriza o seu salário e a sociedade contribuirá decisivamente para o sucesso de um plano que, afinal, é fruto da decisão tomada pelo povo.

A modernização econômica do País não pode prescindir de uma profunda reforma do Estado. Há que se levar a cabo uma reforma que, além de corrigir as distorções mais visíveis da máquina, habilite o Estado a orquestrar uma nova política de desenvolvimento capaz de atender às nossas enormes demandas sociais e de fazer com que o Brasil possa chegar ao século XXI como uma sociedade moderna e justa.

É imperioso dotar o Estado de uma estrutura com mobilidade e flexibilidade tanto para assegurar capacidade reguladora nas áreas mais sensíveis para o desenvolvimento, como para realizar ajustes em momentos de crise.

O Estado brasileiro vinha sofrendo há anos um grave processo de perda de capacidade financeira e de competência gerencial. Em boa medida, o plano econômico já permitiu importante recuperação em termos financeiros. Agora precisamos nos concentrar na crise de gestão que, como causadora do déficit público, incide negativamente no resultado das reformas econômicas, e impede o Estado de cumprir com suas obrigações para

com a população em geral e, em particular, com sua parcela mais sofrida.

Adotamos até o momento medidas de grande significado não só para a recomposição financeira do Estado, mas, sobretudo, para sua recomposição moral aos olhos da sociedade brasileira. A venda de mansões, de apartamentos funcionais e de veículos de representação, a liquidação de numerosos órgãos públicos, a diminuição pela metade do número de ministérios e a redução de pessoal da administração direta representam uma economia global, para este primeiro ano, da ordem de aproximadamente 43 bilhões de cruzeiros. Tal montante seria suficiente para contratar 150 mil professoras de primeiro e segundo grau, por um ano, trabalhando quatro horas por dia, por um salário de mais de 22 mil cruzeiros. Ou, alternativamente, daria para contratar 88 mil médicos, com salário de mais de 38 mil cruzeiros, por quatro horas diárias de trabalho, durante um ano. Daria, ainda, para construir aproximadamente 87 mil casas populares, ao custo de 500 mil cruzeiros cada.

Como se vê, em pouco tempo já são muito expressivos os avanços registrados. Expressivo também é o que se alcançou no esforço de resgate da credibilidade do Estado. Era fundamental, antes de partirmos para transformações mais abrangentes e profundas, reconquistar a confiança não só dos brasileiros, como da comunidade internacional.

É imperativo que passemos imediatamente, com urgência, a buscar resultados concretos que mantenham e acelerem o passo da reforma, impedindo que a mesma seja paralisada ou retardada por interesses corporativos e individualistas. A vontade política do Governo ficou diariamente demonstrada nas medidas iniciais. A população pôde tomar conhecimento delas pelos meios de comunicação, mas precisa, rapidamente, ter a oportunidade de sentir os efeitos diretamente na forma de melhora nos serviços de atendimento e assistência prestados pelo Estado. Os desdobramentos das medidas tomadas para reformar os organismos dirigentes do aparelho estatal devem agora alcançar todas as ramificações do sistema, pois o objetivo primordial de nossa ação é o descamisado, o pé descalço, o brasileiro cansado da pobreza, do abandono e do descaso.

«É fundamental que a reforma
administrativa avance.»

Para que os planos do Governo possam, em seu conjunto, alcançar os objetivos fixados, é fundamental que a reforma administrativa avance. E é isto que acontecerá. Estou, portanto, determinando aos senhores que a reforma seja acelerada, a partir de hoje, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- revisão detalhada das estruturas organizacionais, com vistas a melhorar a produtividade e a eficiência de todas as áreas do setor público, eliminando-se os entraves corporativos e jurisdições burocráticas que dificultam e retardam o processo decisório, ao mesmo tempo em que o tornam menos visível;

- racionalização e redirecionamento dos gastos com pessoal, dando-se ênfase prioritária ao atendimento às necessidades básicas da população;

- estabelecimento de políticas de recursos humanos que privilegiem a elevação do desempenho dos níveis gerenciais de cada setor do Governo e a diminuição do contingente empregado em atividades-meio, que consomem suas energias no círculo vicioso das necessidades geradas pela própria burocracia; e,

- adequação da estrutura de salários do setor público à realidade da economia nacional, com atenção especial para a desconcentração das faixas intermediárias e superiores de remuneração.

Esses são os critérios que devem orientar a reformulação das áreas subordinadas a cada um dos senhores após a redução de pessoal, cujas metas estou agora determinando. O antigo quadro de pessoal do setor público estava estimado em cerca de 1.600.000 funcionários. A partir de agora deveremos proceder a uma redução desse número da ordem de 20 a 25%, mediante dispensas e colocação em disponibilidade de servidores ociosos que não se enquadrem nas exigências de dedicação e operosidade do Brasil Novo. Estou determinando que se proceda imediatamente ao levantamento do impacto dessas medidas nas finanças do setor público, informação que darei a conhecer tão logo sejam completados os cálculos.

O reordenamento das despesas com pessoal, subordinando-as à efetiva capacidade financeira do Estado, é mais um passo na afirmação da vontade política do Governo. Os parâmetros que acabo de anunciar devem ser seguidos pelos Ministros e Secretários como elementos de uma equação da qual devem resultar metas mínimas de desempenho que assegurem aumento da eficiência e da produtividade. Quero ressaltar, uma vez mais, a prioridade máxima que atribuo a que estas melhoras se façam sentir o quanto antes nos setores da saúde, da educação, da seguridade social, dos transportes, da habitação, do saneamento básico e da segurança. São esses os aspectos pelos quais a Nação irá conferir e avaliar o nosso desempenho. Não podemos e não iremos, de maneira nenhuma, falhar.

**«O Governo levará adiante e acelerará
o processo de privatização.»**

Gostaria de dedicar algumas considerações à realidade das empresas estatais. É propósito deste Governo retirar o Estado de atividades onde sua presença já não é necessária, ou onde jamais o foi. O Governo levará adiante e acelerará o processo de privatização de acordo com as linhas do programa aprovado pela sociedade nas eleições e pelo Congresso Nacional. Conduziremos essa tarefa de forma transparente com a participação dos trabalhadores, dos sindicatos e da sociedade em geral. O setor público continuará a atuar apenas nas áreas em que considerações de ordem econômica ou estratégica aconselhem sua permanência. Essa permanência, contudo, não se pode fazer, como vem ocorrendo em muitos casos, às custas do sacrifício do contribuinte e da economia nacional. Verifica-se, por exemplo, que os custos nas empresas públicas são por vezes consideravelmente superiores aos do setor privado. Fica assim prejudicada a competitividade interna e externa dessas empresas, cuja ação onera gravemente as contas do Governo e, portanto, a sociedade.

As empresas do setor público, em grande parte dos casos, têm-se revelado inflexíveis e insensíveis às variações do mercado ao qual devem atender. Esse comportamento precisa ser corrigi-

do, uma vez que no Brasil não existem duas ou mais economias, com lógicas e racionalidades distintas, mas apenas uma — a economia de mercado.

Quero ainda fazer referência a duas distorções que se encontram no âmbito das estatais. A primeira diz respeito ao perfil histórico da atuação dos dirigentes dessas empresas diante das pressões de classe de seus funcionários. Faltou claramente, de parte desses dirigentes, a necessária disposição de evitar concessões e facilidades que pusessem em risco o patrimônio e a vida das empresas que, afinal, são propriedade da Nação como um todo. A segunda grave distorção, cristalizada com o passar do tempo, foi a transformação dos fundos de previdência complementar em verdadeiras *caixas pretas*, das quais saíam privilégios e benefícios rigorosamente injustificáveis, cujo custo acabava por ser coberto pelos cofres públicos. A previdência complementar tem sua importância, inclusive na redução da demanda pelo sistema previdenciário do Governo. Mas é imprescindível que, no caso das entidades vinculadas ao setor público, ocorra um rigoroso saneamento e controle de modo que não caiba à sociedade arcar com seus custos.

Senhores Ministros, Senhores Secretários, Senhores Líderes no Congresso,

O setor público não existe para proteger a ineficiência ou para acobertar privilégios corporativos, mas sim, sobretudo em países como o Brasil, para promover a competência e atenuar as distorções decorrentes de uma realidade ainda dominada pelos privilégios econômicos e sociais. Essa é a missão cotidiana do Estado numa sociedade constrangida pela pobreza, pela fome, pela marginalidade. Mas a função maior do Estado vai muito além da tarefa de minorar o sofrimento diário do cidadão. A função maior do Estado é a superação definitiva desse quadro.

Devemos, portanto, governar com os olhos postos tanto no hoje, como no amanhã. Num momento da história mundial em que os homens parecem ter conseguido acelerar o curso do tempo no rumo da universalização da democracia e da consolidação da paz, é claro o desafio que se coloca aos brasileiros em geral, e em particular aos seus governantes e dirigentes, de encurtar a distância que nos separa da hora em que iremos finalmente rea-

lizar a justa aspiração de integrarmos não apenas a comunidade dos povos livres, mas também o concerto das nações socialmente desenvolvidas.

Que Deus continue a nos ajudar!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na reunião ministerial realizada no Palácio
do Planalto no dia 9 de maio de 1990.*

Construção de Casas Populares

É conhecido de todos nós um dos problemas maiores que afligem a sociedade brasileira, que é o da habitação. Os números indicam que há hoje um déficit, há hoje uma falta de moradias da ordem de dez milhões de unidades. Isto porque de há muito os instrumentos de política habitacional de que dispunha o Governo foram desviados da sua verdadeira finalidade. Um desses instrumentos de política habitacional era a Caixa Econômica Federal, que está, a partir do nosso Governo, retomando essa sua capacidade.

É fundamental, portanto, que a Caixa Econômica, mercê da sua nova administração e da orientação que vem recebendo a partir do último dia 15 de março, aplique os recursos do trabalhador, retirados do seu salário, mensalmente, e que formam o FGTS — o Fundo de Garantia — prioritariamente, e num percentual quase que total e absoluto, em construções para o atendimento das necessidades do trabalhador brasileiro.

«O dinheiro do FGTS servirá
tão-somente para construir casas
populares.»

Não mais poderemos continuar financiando casas e apartamentos de luxo para um segmento da sociedade brasileira que

não necessita desses financiamentos e desses recursos para poder ter a sua própria casa porque, em muitos casos, como todos nós sabemos, toma-se dinheiro da Caixa Econômica para ter a segunda ou a terceira moradia.

Nós precisamos atender a este segmento que está desassistido, sem teto para proteger a si e a sua família. E é exatamente essa orientação que tem a Caixa Econômica Federal e também o seu Conselho Curador, que determina com alíquotas e com percentuais muito nítidos aquilo que cada um dos estados brasileiros poderá pretender em termos desses mesmos recursos do Fundo de Garantia. Em suma, o dinheiro do FGTS servirá tão-somente para construir casas populares para o atendimento do trabalhador brasileiro.

Antes que pudéssemos, no entanto, reorganizar as finanças do País e também, em termos orçamentários, avaliar, com maior nitidez, o quanto teríamos para aplicar nesse setor de vital importância para a área social do País, nós decidimos, emergencialmente, estabelecer esse Programa de Ação Imediata, a cargo do Ministério da Ação Social, com os recursos do Fundo de Garantia, autorizando, como acabo de fazer, a exposição de motivos que me foi apresentada, para o início imediato da construção de 200 mil casas para os trabalhadores que percebem de um a cinco salários mínimos mensais.

Queremos, desta forma, canalizar a utilização desses recursos do trabalhador. Queremos, num prazo muito curto, de alguma forma, iniciar esse processo e essa modificação na destinação destes recursos, com prioridade absoluta para a classe menos favorecida do nosso País.

Quero parabenizar a Ministra da Ação Social pela rapidez com que adotou as providências necessárias, de modo a que pudéssemos hoje assinar este documento, e também parabenizar a Caixa Econômica Federal a quem caberá, no período em que dirigiremos os destinos do País, os próximos cinco anos, ser o grande instrumento da política habitacional do Governo, e também da política social do Governo.

Desejamos todos que essa iniciativa seja o início de um grande processo, de um processo que tente, por todos os meios ao seu alcance, acabar com esse déficit, com essa falta de mora-

dias, que deixa a todos nós penalizados, mas com enorme vontade de, superando as dificuldades, podermos proporcionar à sociedade brasileira condições condignas de moradia e de vida.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de assinatura de atos para
a construção de casas populares, realizada no
Palácio do Planalto no dia 16 de maio de 1990.*

Recursos para a Merenda Escolar

Vamos combater o déficit público sempre, com vigor e determinação como nós estamos fazendo. Jamais, no entanto, poderemos combater o déficit público sem que a prioridade social fique muito clara e muito nítida. Com a assinatura que hoje faço dando o meu *aprovo* a essa exposição de motivos interministerial, nós damos mais um passo no sentido de demonstrar o profundo compromisso que tem o Governo do Brasil Novo em solucionar as questões sociais mais angustiantes que vêm afligindo a sociedade brasileira como um todo.

A merenda escolar sempre foi uma absoluta necessidade para mantermos não somente a saúde das nossas crianças, mas sobretudo a sua capacidade de estudar e de aprender as lições que lhes são ministradas pelos professores e pelas professoras nas nossas salas de aula espalhadas por todo o Brasil. Nós estávamos com problemas sérios nesta área. A cada três dias a criança recebia uma merenda escolar. Precisávamos recuperar rapidamente essa situação, no sentido de fazer com que as nossas crianças pudessem ter, como de direito, a sua alimentação a cada dia.

Liberamos, com essa exposição de motivos, recursos de dez bilhões de cruzeiros para que nós possamos ter os nossos alunos e alunas devidamente alimentados e em condições, portanto, de prosseguir nos seus estudos.

Não poderemos jamais construir um Brasil Novo sem que tenhamos condições de dar atenção às nossas crianças e à nossa juventude, àqueles que irão consolidar os grandes avanços e as grandes conquistas que nós estaremos implementando nesse quinquênio de administração como Chefe de Estado e de Governo do nosso País.

Quero me congratular com o Ministro Carlos Chiarelli pela sensibilidade que teve e pela oportunidade que demonstrou de resolver rapidamente esse problema, e também com a Ministra Zélia Cardoso de Mello, que a par das dificuldades que todo o País enfrenta nos combates ao desequilíbrio orçamentário, ao déficit público e ao controle da inflação, encontrou, dentro do nosso orçamento, condições para que, sem afetar a consolidação do nosso plano econômico, fosse atendida uma das áreas que mais atenção merece de nosso Governo e da população em geral, que é o setor educacional.

Parabéns Ministro Chiarelli, parabéns Ministra Zélia, e que Deus continue a nos ajudar.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de liberação de recursos
para a merenda escolar, realizada no
Palácio do Planalto no dia 17 de maio de 1990.*

Integração Brasil-República Popular da China

Tenho a grande satisfação de dar as boas-vindas a Vossa Excelência e a sua comitiva. Ao recebê-lo na condição de primeiro Chefe de Estado chinês a visitar o Brasil, faço votos calorosos de que a permanência de Vossa Excelência entre nós marque o início de etapa ainda mais frutífera nas relações entre nossos povos.

Evoco, com particular apreço, a viagem que fiz à China, em dezembro de 1987, como Governador do estado de Alagoas. Tenho presentes a generosa hospitalidade e a amabilidade do povo chinês. Como Presidente eleito, fui honrado por um convite de Vossa Excelência para visitar a China. Espero poder realizar, muito em breve, o desejo de voltar a seu grande país.

A China, terra de civilização multimilenar, tem dado provas de capacidade de acompanhar a dinâmica do mundo contemporâneo. Nos últimos dez anos, sua abertura ao exterior e as demais reformas econômicas resultaram em singular ritmo de desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Celebramos, há pouco, 15 anos do relacionamento entre o Brasil e a República Popular da China. Nesse espaço de tempo, foram muitas as realizações. Desenvolvemos diálogo político,

permanentemente enriquecido pelo contato direto, cordial e franco entre governantes de nossos países.

Hoje, nosso encontro se dá em momento de rápida, profunda e surpreendente transformação. Assistimos ao ocaso de um universo condicionado pela estrutura bipolar do poder. Vemos emergir uma nova realidade internacional, definida pela pluralidade de caminhos e de escolhas, pela valorização do respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, numa época na qual a paz parece estar ao alcance das mãos. Saudamos o novo tempo, na esperança de que traga a concretização dos ideais e aspirações de nossos povos.

«Preocupam-nos novas formas de
protecionismo, que limita o nosso
acesso à tecnologia de ponta.»

Na verdade, Brasil e China têm atuação que os aproxima no plano internacional. Na Assembléia Geral das Nações Unidas a concordância de nossas posições e a coincidência de nossos votos é significativa. Encontram-nos lado a lado as causas do respeito à independência e soberania dos Estados. As diplomacias brasileira e chinesa cooperam ativamente em foros internacionais, com vistas a reformar um sistema injusto, que penaliza economias como as de nossos países, carentes de capitais e tecnologia avançada e necessitadas de novas aberturas comerciais. Preocupam-nos as novas formas de protecionismo, que limitam nosso acesso à tecnologia de ponta. Não aceitamos a cristalização da divisão dos países entre aqueles possuidores de alta tecnologia e aqueles que ficarão marginalizados, no quadro de acelerado desenvolvimento científico e tecnológico.

O Brasil e a China acreditam no potencial do diálogo Sul-Sul e trabalham decididamente no sentido de aprofundar, em todos os campos, o relacionamento entre as nações em desenvolvimento.

No plano bilateral, ao longo desse período de 15 anos, construímos expressivo quadro institucional, fundado em mais

de 25 atos bilaterais. Desenvolvem-se, entre outras, a cooperação no terreno espacial, para a construção de satélites de levantamento de recursos terrestres e foram já lançados os alicerces da cooperação em energia nuclear para fins pacíficos. Esperamos que, em breve, essas atividades compreendam ainda outros setores de tecnologia avançada, como química fina e novos materiais.

Senhor Presidente,

Apesar da distância geográfica, aproximam-nos semelhanças de território, panorama de rica variedade regional, níveis próximos de desenvolvimento econômico e tecnológico e, sobretudo, a vontade determinada de cooperar. Hoje, com crescente sentido de responsabilidade, compete-nos, conforme afirmei em meu discurso de posse, ampliar e multiplicar as vias de entendimento.

A última década marcou para o Brasil um período de mudanças. Apesar das dificuldades enfrentadas na economia, foram grandes as conquistas políticas. Preparamo-nos, agora, no limiar dos anos 90, para nova década de paz, de democracia e prosperidade.

«Estou seguro de que o Brasil já
pode marchar para a experiência
de abertura de sua economia.»

Em dois meses de Governo conseguimos vencer a inflação. Temos contado com todo apoio da Nação e de suas instituições representativas, particularmente do Congresso Nacional. A estabilização monetária e financeira, prioridade absoluta desta fase de meu Governo, garantirá a retomada do investimento, a consolidação do crescimento, a conquista de melhor padrão de vida para a população.

Meu projeto de modernização do Brasil significará a busca de ganhos de produtividade e de maior eficiência mediante nova inserção do País na economia mundial. Procuraremos aproveitar todas as oportunidades de nosso interesse no plano comercial e financeiro, dispondo-nos, em contrapartida, a abrir nosso

mercado à maior competição externa. Estou seguro de que o Brasil já pode marchar para a experiência de abertura de sua economia, convencido dos benefícios que trará tanto no aprimoramento de nossa indústria como aos consumidores brasileiros.

O Brasil e a China, segundo seus próprios caminhos, objetivam a modernização do Estado e da sociedade. Temos dado mostras de uma acentuada capacidade de renovação. Na China, pude testemunhar a força dessa tendência e acredito que Vossa Excelência levará do Brasil a imagem do dinamismo e transformação que caracterizam nosso presente.

Senhor Presidente,

É assim, confiante no futuro e com a certeza da permanência dos interesses comuns e da amizade entre o Brasil e a República Popular da China, que convido todos os presentes a brindar pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, pelo contínuo progresso, felicidade e paz duradoura para o povo chinês.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Exceleência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil
no almoço oferecido ao Presidente da República
Popular da China Yang Shangkun,
no Palácio do Itamaraty, no dia 18 de maio de 1990.*

Visita à Cidade de Palmas (Tocantins)

Volto ao estado de Tocantins para resgatar uma promessa que fiz durante a campanha eleitoral de que, eleito Presidente da República, visitaria o estado que me concedesse a maior votação proporcional dentre os estados brasileiros. Isso aconteceu e há simbolismo nisso, pois esse estado é exatamente no coração do Brasil: Tocantins. É o novo Estado brasileiro que vai começar a construir a partir deste cerrado, o Brasil Novo com que nós algum dia sonhamos.

Chego em companhia de minha mulher, na companhia dos meus Ministros de Estado para testemunhar a vocês não somente a minha gratidão, mas, sobretudo, a minha esperança. Gratidão e esperança, unidas e irmanadas neste instante, debaixo deste sol amado do Centro-Oeste brasileiro, para dizer a vocês: Tocantins, o Presidente está com vocês.

Aqui está o sangue do verdadeiro brasileiro. O brasileiro trabalhador, o brasileiro em cujas veias não corre somente sangue, mas também a poeira, a terra, o trabalho que vai levar este País para diante nos próximos cinco anos. Aqui estão os brasileiros do Norte, do meu Nordeste, do Centro-Oeste. Aqui se juntam, aqui formam suas famílias, aqui pegam o seu pedaço de chão, muitos molhando este pedaço de chão com o suor de seu rosto para tirar da terra o alimento que vai matar a sua fome, a de sua família e a de todo o Brasil.

Aqui está, minha gente, aqui está o meu povo que em momento nenhum decepcionarei porque fui eleito por ele. Estou e estarei governando até o último dia para vocês. Os meus compromissos são os compromissos com os sonhos, com os desejos e com as expectativas que estão levando vocês a continuarem acreditando neste Brasil.

O que vamos fazer, minha gente, é construir um Brasil Novo, um Brasil digno, um Brasil moralmente saneado. Um Brasil em que o trabalho e não a especulação seja a palavra de ordem, um Brasil onde o povo possa recuperar a sua confiança nas lideranças políticas e nos partidos políticos, um Brasil que não tenha receio do amanhã; que encare seu futuro com otimismo, com determinação e com a obstinação que cada um de nós tenha de construir, a partir de nosso Centro-Oeste, coração do Brasil, o País e a Nação que todos nós desejamos.

Quero parabenizar a todos aqueles que estão trabalhando para que Palmas, capital de Tocantins, se torne dentro de pouco tempo uma realidade. Quero ressaltar a preocupação que houve por parte daqueles que estão tocando o projeto, a partir de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, com a questão ambiental. Temos que preservar, sim. Como diz o lema a que há pouco o Governador se referiu: «Temos que preservar para desenvolver» — desenvolver a consciência ecológica, desenvolver uma nova cultura que faça saber a todos, a partir de nós mesmos, que é impossível convivermos, daqui a mais alguns anos, com um planeta que esteja em vias de devastação total. Palmas e Tocantins dão um exemplo a todo o restante do Brasil para que haja esta consciência e, sobretudo, esta vontade de podermos desenvolver sem que, para isso, tenhamos de devastar a nossa terra, o nosso planeta e as nossas florestas.

«Agricultura, justiça social, justiça
agrária e, sobretudo, produtividade no
campo são as palavras de ordem.»

Aos agricultores, gostaria de levar uma mensagem especial. No decorrer da campanha eleitoral, no município do interior de

São Paulo chamado Floreal, numa fazenda de propriedade do atual Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, nós gravamos em bronze, numa placa que ainda hoje lá está e lá haverá de permanecer, o nosso compromisso definitivo com o homem do campo e com a agricultura.

Dizia, naquela oportunidade, que o nosso compromisso com o homem do campo era também um dos pontos primordiais do nosso Governo. Agricultura, justiça social, justiça agrária e, sobretudo, produtividade no campo são as palavras de ordem para este setor vital da economia brasileira.

Este cerrado que aqui vocês têm, entre o rio e entre esta serra tão bonita, este cerrado aqui é uma dádiva que Deus nos mandou. Todos nós sabemos que com alguma correção, e pouca correção do solo, isso aqui vai virar um celeiro que vai enriquecer todo mundo.

E para que isso aconteça, agricultores, homens do trabalho rural, o Governo mobiliza todos os seus esforços e toda a sua vontade e determinação política para que vocês possam ter ao seu dispor os financiamentos de que necessitam, o preço mínimo garantido que justifique o plantio desta sua safra, o apoio tecnológico e a capacidade de escoar sua produção.

E por isso, agricultores, e por isso, minha gente do Tocantins, minha gente amiga de todo este Centro-Oeste, eu me emociono, eu vibro e me entusiasmo quando me vejo ao lado do meu povo e da minha gente, todos acreditando no Brasil Novo que haveremos de construir.

Obrigado, minha gente, e até outro dia.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião de sua visita à cidade de Palmas,
Tocantins, no dia 20 de maio de 1990.*

Entrevista Coletiva à Imprensa em 23 de Maio de 1990

Sonia Carneiro (Rádio Jornal do Brasil): Presidente, seu plano econômico está sofrendo muito desgaste e atravessa uma fase crítica. Os descamisados se queixam de arrocho salarial, apesar da sua promessa de campanha de que isso não iria acontecer. Afinal, a inflação não é zero, e aumentos de preços têm sido verificados e constatados. Até o seu Ministro do Trabalho se aliou ao Congresso, defendendo nova política salarial, discordando da prefixação em zero dos reajustes usada pela área econômica para estabelecer a livre negociação por portaria. Como o senhor vai decidir esse conflito? Vai propor nova fórmula de política salarial ao Congresso, colocando um ponto final na onda grevista que já se reiniciou? E se isso acontecer, os IPCs de março e abril serão expurgados ou não?

Presidente: Em primeiro lugar, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a toda a sociedade brasileira pelo apoio indispensável e fundamental para o sucesso do plano econômico do nosso Governo — plano econômico que nasceu das expectativas, que nasceu das indagações, que nasceu das angústias da população do nosso País.

O programa está indo muito melhor do que se poderia imaginar, do que nós poderíamos imaginar no início do Governo. É bom que nos lembremos das metas que tínhamos quando da im-

plantação do programa. Em primeiro lugar, nós estabelecemos um prazo de cem dias para oferecer à sociedade brasileira os primeiros resultados. Nós estamos hoje no 68º dia de Governo, nos faltando, portanto, 32 dias, se as minhas contas estiverem corretas.

Até o presente momento, as nossas metas foram antecipadas. Nós esperávamos, nesse período, ou seja, em cem dias, apresentar uma redução da inflação de cerca de 90% ao mês para algo em torno de 10% ao mês. Outra meta era apresentar reservas da ordem de sete bilhões e meio de dólares. Uma outra meta era que nossa liquidez estivesse num patamar entre 18 e 20% do PIB. E, a partir do centésimo dia, nós começaríamos a fazer as liberações — de preços, de negociação salarial, de câmbio.

Como os índices alcançados, logo no início do programa econômico, foram, para nós, surpreendentemente positivos, nós pudemos antecipar essa tomada de decisões que iríamos adotar a partir do centésimo dia. Liberamos os preços, com exceção da cesta básica, o câmbio está na ante-sala da liberação total, com a flutuação, a liquidez que esperávamos... A otimização da aplicação do plano previa uma liquidez na base de 18 a 20% do PIB, e está hoje em 14,3% do PIB, e nisso ficará porque todas aquelas torneiras que deram uma injeção de recursos na atividade econômica já foram convenientemente fechadas, com as suspensões das portarias que permitiam essas conversões de cruzados em cruzeiros. E temos uma inflação de 3,29%.

«Ficaram frustrados os arautos
da catástrofe.»

Portanto, o sucesso do plano é algo palpável. E nós ao final desses cem dias, que foi o prazo que nos auto-impusemos para oferecer à sociedade resultados positivos, não tenho dúvida nenhuma de que assim o faremos.

Ninguém melhor para atestar o sucesso do plano do que cada um de nós, brasileiros. Houve uma valorização do salário.

Houve um ganho real do salário. E basta que cada um de nós vá aos *shopping centers*, vá às lojas, sobretudo nos dias de final de semana, sexta-feira à noite ou sábado, para verificar o número de pessoas que estão lá percorrendo essas lojas, comprando. E eu quero aproveitar — abrindo um parêntese — para solicitar, mais uma vez, a todos vocês, que evitem o consumismo exagerado. Comprem aquilo que for absolutamente necessário. Não comprem para daqui a uma semana ou para daqui a dois dias. Porque o consumismo exagerado — fato esse que não está se verificando —, o exagero do consumo poderá atrapalhar e fazer recrudescer a inflação. Mas isso não está acontecendo, é apenas mais uma solicitação que eu faço.

É bom que nos lembremos também de que, logo nos dias seguintes à aplicação do plano, veio o catastrofismo de que não haveria dinheiro para o pagamento de salários. Nós nos lembramos bem disso. «Ah, não tem dinheiro para o salário!» Nós oferecemos uma linha de crédito, e apenas 15% desse total oferecido e colocado à disposição das empresas e das indústrias foram utilizados para o pagamento de salários.

O que significa isso? Significa que os 20% que o plano destacou para serem retirados das aplicações do *overnight* foram suficientes para pagar não somente a folha de março, mas também a de abril e, em muitos casos, até a de maio, ficando demonstrada, assim, a extrema liquidez que havia no sistema, e conseqüentemente nas empresas e nas indústrias.

Depois dessa primeira fase do catastrofismo, de que não haveria dinheiro para pagar as folhas de salário, veio aquela segunda onda de que haveria uma depressão, de que a atividade econômica estava paralisada. O País estava paralisado e haveria uma profunda depressão. E essa depressão não aconteceu. Frustrados ficaram aqueles arautos da catástrofe. Depois passaram da depressão para a recessão: «A recessão é inevitável. Vai haver uma recessão profundíssima e vai ser uma coisa terrível, e vai haver um desastre neste País!» O que nós verificamos não foi exatamente uma recessão na proporção do alardeado, mas tão-somente uma acomodação da própria economia a um plano econômico inédito neste País, e talvez até no mundo, e que promoveu um fortíssimo ajuste na economia brasileira.

«A questão da livre negociação atende
a um princípio de modernidade nas
relações trabalhistas.»

Agora vem a questão da livre negociação. E aí dizem: «Não. Isso vai prejudicar os trabalhadores!» Eu não acredito que isso vá prejudicar, em nenhum momento, os trabalhadores, até porque se nós verificarmos que, em qualquer instante, alguns empresários ou industriais queiram se aproveitar do momento dessa livre negociação para impor ao trabalhador sacrifícios que ele, naturalmente, não pode oferecer, o Governo estará muito atento para impedir que isso ocorra. Tanto é assim que solicitei ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Rogério Magri, que começasse a estudar medidas de uma política transitória e alternativa para que possamos aplicá-la imediatamente, se verificarmos que está havendo esse tipo de ação nefasta contra o trabalhador por parte deste ou daquele empresário, deste ou daquele industrial.

E a questão da livre negociação salarial é algo que sempre foi um anseio, não somente do sindicalismo mas que também foi colocado por mim durante a campanha política. Eu acho que esse é o patamar da modernidade também nas relações trabalhistas — a livre negociação. Então se discute que o momento não seria esse. Eu pergunto: quando seria o momento? No momento em que não houvesse uma política, ou não houvesse uma estabilização de preços na economia? No momento em que tivéssemos uma inflação extraordinariamente alta, uma hiperinflação? Ou o momento seria este, em que existe uma estabilização de preços, em que existem condições para que essa negociação possa ser feita? Sobretudo porque, como também todos concordamos, desde o início, a melhor política salarial é a derubada da inflação. Não pode haver nenhuma política salarial satisfatória que venha correndo atrás da inflação. Isso não é política salarial, porque isso imputa ao trabalhador perdas enormes, que ele jamais poderá recuperar no futuro. A melhor política salarial, portanto, é a queda da inflação, e a isso todos nós estamos assistindo.

O que precisamos entender é que é necessária a participação de toda a sociedade brasileira. Eu sempre coloquei também na campanha eleitoral que, fosse o Presidente da República eleito, ele não poderia governar sozinho, nem tampouco só com o seu partido ou com um grupo de partidos. Ele teria que governar com toda a sociedade brasileira.

E é exatamente isso que nós estamos tentando e estamos fazendo. A sociedade brasileira vem entendendo perfeitamente o que significa e a importância que tem esse plano para o futuro da Nação, para o futuro do Estado brasileiro. Pela primeira vez o Governo está cumprindo a parte que lhe cabe neste processo, e com o apoio do Congresso Nacional, que foi decisivo na aprovação de várias medidas provisórias que nós encaminhamos à apreciação das duas casas do Legislativo Federal. Com a participação da sociedade civil, com a participação de todos, enfim, nós estamos conseguindo recuperar a confiança de cada um de nós, brasileiros, no futuro da nossa Pátria. Hoje nos sentimos um pouco mais cómodos, um pouco mais à vontade, e até com um certo orgulho de falarmos em relação ao nosso futuro, interna e externamente.

E são essas considerações que eu teria a fazer para responder, objetivamente, à pergunta que me foi feita. A questão da livre negociação atende a um princípio de modernidade nas relações trabalhistas, e teria que ser implementada num momento como este, em que estivéssemos vivendo dentro de uma estabilidade de preços. Num momento em que o Governo não abdica de continuar absolutamente atento para impedir qualquer tipo de vantagem que alguns — espero que muito poucos — desses empresários e industriais queiram tirar dessa negociação. Para isso, repito, já solicitei ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social que estude fórmulas que possam ser aplicadas imediatamente, tão logo se verifique que fatos como esse estejam acontecendo.

Repórter: Presidente, o Governo vai propor a nova política salarial ao Congresso? E se o senhor mesmo reconhece que existe uma inflação de 3,29%, pela medida provisória que foi transformada em lei, ela não deveria ser repassada aos salários?

Presidente: Mas isso é uma questão da livre negociação, é por isso que existe a livre negociação. Eu acho que deve haver exatamente esse trabalho, sem que isso necessariamente passe ou seja repassado para os preços. Acho que existem três pontos fundamentais nessa negociação: além do empresário e do trabalhador, há um terceiro ponto, um terceiro participante dessa cena que é o consumidor. Então, a questão de se querer sempre repassar para os preços qualquer reajuste que seja dado não é uma atitude que eu julgue, em princípio, absolutamente correta, porque talvez o empresário possa retirar essa diferença da produtividade, do aumento da sua eficiência. Para isso a livre negociação existe, porque no momento em que o Estado está intervindo nesse processo, ele desgasta aquela que deve ser efetivamente uma relação trabalhista, moderna e efetiva neste País. Ficaremos apenas na expectativa de que essas negociações todas se processem dentro do que estamos aguardando, sem que o empresário ou o industrial se façam valer da força que eventualmente tenham sobre o trabalhador, em algum instante da negociação, de modo que isso não prejudique o assalariado. No momento em que detectarmos que isso esteja acontecendo, não teremos nenhuma dúvida em encaminhar e em submeter à sociedade um novo texto, que pode ser esse que está sendo tratado dentro do Ministério do Trabalho e da Previdência Social pelo Ministro Magri.

«O Proálcool está incluído na matriz energética deste País.»

Tânia Monteiro (Jornal do Brasil): Senhor Presidente, o País está convivendo hoje, em todos os estados, com enormes filas para abastecimento dos carros a álcool, o que descarta qualquer possibilidade de se dizer que não existe crise no setor. Eu queria saber do senhor o que vai acontecer com o Proálcool. Segundo, em relação às pessoas que incentivadas pelo Governo e que agora se sentem lesadas por terem comprado um carro a álcool, o que o senhor acha que elas devem fazer? O senhor compraria hoje um carro a álcool?

Presidente: Não, como eu já disse, respondendo a uma pergunta, e ela não era inédita, se não me engano do jornalista Joelmir Betting, hoje eu compraria um carro a gasolina. Não compraria um carro a álcool, mas isso não significa dizer que o Governo fuja em algum instante da sua responsabilidade de fornecer à sociedade, de fornecer aos consumidores e aos usuários do álcool, aos proprietários de carros a álcool, o combustível para que eles possam movimentar os seus carros.

Eu já disse também que o Proálcool está incluído na matriz energética deste País, e que nós haveremos de superar as dificuldades que estamos vivendo, sobretudo aqueles que são proprietários de carros a álcool. É lamentável que isso esteja ocorrendo. A responsabilidade é, sim, do Governo. Infelizmente nós estamos tratando de uma herança, de uma terrível herança, e nós precisamos rapidamente encontrar a fórmula para podermos colocar nas bombas dos postos de gasolina, dos postos de abastecimento, o combustível necessário para fazer andar a frota brasileira a álcool.

Com a liberação que já foi feita no passado das exportações de açúcar, e tendo em vista o preço do açúcar lá fora estar bastante atrativo, hoje a produção vem sendo canalizada basicamente para o açúcar e para a exportação. É necessário que, de alguma maneira, encontremos meios e maneiras de fazer, a partir do início da safra do Centro-Sul, com que essa safra, com que o esmagamento de cana seja utilizado para a fabricação de álcool para atender à demanda dos proprietários de carros a álcool no Brasil.

Infelizmente isso não depende de um ato, de uma portaria ou de um decreto, ou eventualmente do desejo e da vontade do Presidente da República, até porque é uma questão que envolve agricultura, temporada de safra, uma série de outros fatores. Mas nós estamos trabalhando duro em cima disso, com muito vigor, para que possamos já agora, em junho/julho, normalizar o abastecimento de álcool em todo o País.

A partir de julho, poderemos ter problemas em relação ao abastecimento no Norte e no Nordeste, porque já estaremos na entressafra da produção de cana e açúcar. Enfim, é um problema que mobiliza os esforços do Governo, está mobilizando as

atenções do Ministro Ozires Silva, da Infra-estrutura, que tem a incumbência, baseada na determinação que lhe dei, de resolver esse problema dentro do menor espaço de tempo possível e, mais do que isso, de oferecer aos consumidores de álcool, aos proprietários de carros a álcool, as informações claras e transparentes para que eles saibam, exatamente, o que está acontecendo em função das ações que o Governo vêm empreendendo no sentido de solucionar essa questão.

Repórter da Agência Estado: Senhor Presidente, a persistir em erros jurídicos na elaboração das medidas do Governo como vem ocorrendo desde a edição das primeiras medidas provisórias, o senhor está determinado a punir os responsáveis ou o senhor continua afirmando que essa equipe vai acompanhá-lo até o fim do seu mandato?

Presidente: Eu quero aproveitar esse momento também para agradecer, mais uma vez, a todos os meus Ministros de Estado e aos meus Secretários de Governo pelo idealismo e patriotismo com que eles vêm se havendo no exercício das suas funções. Todos eles merecem a minha maior e inextinguível confiança, como também a minha amizade, em função da lealdade que todos têm aos princípios que nortearam a nossa campanha e que nos conduziram à Presidência da República.

Eles estão governando de maneira a atender, dentro do menor espaço de tempo possível, as expectativas nacionais. Se erros estão acontecendo, se equívocos estão acontecendo no Governo, esses equívocos são meus, fui eu que os cometi e não nenhum dos meus Ministros, nenhum dos meus Secretários de Governo. Portanto, todos eles permanecem dentro da estrutura administrativa até o último dia do meu Governo, a não ser que, por uma questão pessoal, ou por uma questão que diga respeito diretamente a cada um deles, julguem conveniente oferecer os seus esforços e os seus serviços ao País em outra instância, que não em nível federal.

Rosana de Cassia (Rádio Nova Eldorado — AM): Presidente, o senhor fez agora há pouco um apelo no sentido de que haja uma contenção do consumo, alegando que o trabalhador teria

tido um ganho real nos salários, desde a instalação do seu plano. Ocorre que, se houve esse ganho real, o trabalhador já gastou no reajuste de aluguéis e também na compra de material, enfim, os produtos que não estão dentro da cesta básica. O que está acontecendo, pelo menos é o que registra a Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança, é um número elevado de saques nas cadernetas de poupança. Então o que eu gostaria de saber é se já está sendo levantado, por parte do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, uma preocupação, um estudo, e se o senhor poderia antecipar alguma coisa com relação a esse estudo. Por outro lado, gostaria de saber se houve um erro de cálculo no plano econômico, que não previu a elevação de saques da poupança, e o que será feito efetivamente. A respeito da pergunta da repórter Sonia Carneiro, o senhor disse há pouco que a livre negociação é fundamental para os trabalhadores. Então eu gostaria de saber duas coisas: se o senhor tem conhecimento de que algumas categorias estão obrigadas a reduzir os seus salários para se manter no emprego e se o senhor tem o conhecimento, também, de sindicatos enfraquecidos que agora, diante de uma livre negociação, poderão se declarar no suicídio?

Presidente: A livre negociação, sem dúvida nenhuma, atende ao princípio de modernidade do nosso Governo e do mundo em que estamos vivendo.

Isso também não é algo que nasceu com este Governo — a questão da livre negociação. Isso vem sendo algo também defendido pelos sindicatos, sobretudo, é claro, pelos sindicatos mais organizados desde muitos anos aqui no Brasil. Nós reconhecemos que existem algumas categorias que, por não estarem sindicalizadas ou por não serem seus sindicatos fortes o suficiente para poder promover uma negociação com o patrão que lhes favoreçam, precisam continuar recebendo a atenção do Governo. E é exatamente a isso que eu me referi, quando disse que o Governo está atento para que essas categorias, que não estejam tão organizadas, tenham a certeza de que o Governo estará ao seu lado, quando ficar claro ao Governo, pelas atitudes de alguns patrões, o desejo de submeter o trabalhador a um posicionamento que não corresponda rigorosamente ao que nós estamos verificando na economia.

Nesse processo que está havendo, mesmo antes do anúncio da livre negociação, de redução de jornada de trabalho, consequentemente redução de salário, nós verificamos que decisões como essas foram tomadas pelos sindicatos muito bem organizados e fortes. Em alguns casos, os próprios trabalhadores das empresas retiraram dos seus salários cerca de 20% para fortalecer o capital de giro das empresas. Esse dinheiro, naturalmente, será devolvido de acordo com a negociação que foi feita dentro de um prazo *x*, com juros e correção monetária do período. E todos fizeram isso, pelo menos nós assistimos pelas televisões, com muita satisfação, porque sabiam que estavam dando uma participação nesse processo, que visava fortalecer sobretudo a atividade econômica, garantir o emprego e promover o crescimento econômico do País. Nenhuma dessas negociações que foram feitas de redução de jornada com redução temporária de salário, foi tomada sem que houvesse a participação do plebiscito — inclusive várias empresas fizeram plebiscitos — e também dos sindicatos.

O Governo estará sempre muito atento e acompanhando muito de perto todas essas negociações que venham a ser procedidas e, volto a repetir, no momento que verificarmos que está havendo excesso por parte de patrões e empregados em termos dessa negociação livre, nós estaremos prontos a tomar posição e prontos para tomar medidas de modo a proteger esses assalariados que não estão sindicalizados e não têm sindicatos fortes, e aqueles que estão de alguma maneira desprotegidos nesta fase da vida brasileira.

Repórter: E com relação à poupança, Presidente?

Presidente: Com relação à poupança, o que nós estamos assistindo é uma abertura muito grande de novas cadernetas. Essa foi outra idéia catastrófica, que surgiu no início da aplicação do plano. Disseram: «A instituição caderneta de poupança foi afetada na sua credibilidade, hoje acabou a caderneta de poupança». E graças a Deus o que estamos vendo é exatamente o contrário: um número enorme de cadernetas de poupança foi aberto logo depois da primeira semana do plano.

Se algumas fraudes ocorreram, e talvez seja a isso que queira se referir a pergunta, elas estão sendo hoje detectadas pe-

lo Banco Central e estão sendo encaminhadas ao Ministério Público para o processo conveniente. O que é fundamental é que nós não podemos estabelecer como parâmetro, porque não é real, que tenha havido saques na caderneta de poupança acima do que permitiria a credibilidade do plano. Absolutamente! Quem retirou o dinheiro da caderneta de poupança o retirou para poder fazer face a alguma despesa emergencial que tivesse em função, inclusive, da permissão que demos com base nas portarias do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e do Banco Central. Portanto, perfeitamente dentro da Lei

Aqueles que quiseram burlar a legislação, aqueles que quiseram burlar essas determinações estão vendo o seu nome agora caindo na rede do Banco Central e do próprio Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e terão naturalmente em inquérito aberto, com processo formado, que dar a sua resposta ao poder Judiciário.

Repórter: O senhor disse que houve um aumento nas cadernetas de poupança. Eu gostaria de saber, então, por que a Ministra Zélia Cardoso de Mello manifestou interesse de rever o reajuste das cadernetas de poupança, admitindo que teria havido uma queda de abertura de poupança?

Presidente: Não, não é questão de haver queda, é porque não são esses os números que nos chegam. É só verificar junto ao Banco do Brasil, por exemplo, a Caderneta Verde, ou ver a caderneta da própria Caixa. Hoje o que é preciso verificar é se a rentabilidade das cadernetas de poupança está sendo suficientemente correta para atender à permanência daqueles recursos nas cadernetas.

É preciso verificar que nós saímos de uma inflação de 90% ao mês e estamos hoje com uma inflação por volta dos 3%, em 68 dias. Esse é um processo de acomodação que não se faz sem que tenhamos de realizar uma série de ajustes, e um ajuste como este é perfeitamente natural. Nós não podemos permitir que o nível de rentabilidade das cadernetas de poupança seja tal que afugente o depositante na caderneta. Ou seja, a caderneta de poupança tem que ser um investimento atrativo, e é exatamente a isso — para saber em que patamar está esta atividade — que se referiu a Ministra Zélia, e não a de alguma queda nos depósitos em cadernetas de poupança.

«O crescimento econômico brasileiro
não pode em nenhum momento
se submeter ao pagamento da
dívida externa.»

Ricardo Palmas, Agência Efe: Senhor Presidente, os bancos credores internacionais estão pedindo o pagamento dos atrasos do Brasil antes de começar a renegociação da dívida. Qual será a posição do seu Governo, no caso de eles insistirem nessa posição?

Presidente: Em toda negociação, cada uma das partes deve cumprir a sua função. Os bancos, no sentido de verem pagos os juros atrasados da nossa dívida, e nós, naturalmente, de quereremos tirar o melhor proveito possível dessa negociação a favor do Brasil, para que não exageremos na dosagem daquilo que teremos que pagar inicialmente.

O fundamental na negociação da dívida externa brasileira é a obediência a um princípio basilar: não se trata de saber quanto poderemos crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido o nosso crescimento econômico.

O crescimento econômico brasileiro não pode, em nenhum momento, se submeter ao pagamento da dívida externa. Hoje o que nós estamos verificando é um ambiente extremamente favorável, não somente no exterior como internamente no País, e também junto ao sistema financeiro internacional, para que possamos fazer uma ampla renegociação dessa dívida, em termos que não comprometam o nosso crescimento econômico e que não tragam o enfraquecimento do nosso mercado interno, a concentração da renda interna e, portanto, o enfraquecimento da Nação como um todo, e da sua economia.

A Ministra Zélia, chegando hoje a Washington, deverá trazer boas notícias. A primeira delas já foi amplamente divulgada, que é a retirada, por parte dos Estados Unidos, do nome do Brasil da lista de países considerados não confiáveis nas suas relações comerciais. Isso é uma demonstração de absoluta confiança do sistema comercial mundial nessa nova postura que o

Brasil assume diante de si próprio, em primeiro lugar, e diante do mundo. A negociação da dívida externa continua sendo tratada com a responsabilidade e a diligência que se deseja, e naturalmente com a audiência do Congresso Nacional.

Quando a Ministra colocou que teríamos que resolver antes internamente, para depois oferecermos a proposta aos bancos credores, isso é rigorosamente verdadeiro, porque ela está obedecendo a um dispositivo da própria lei interna, e mais do que isso a um dever de consciência. Essa é uma discussão que tem que passar por toda a sociedade e, em consequência, pelo Congresso Nacional, para que possamos nos sentar com o respaldo necessário para promovermos essa ampla renegociação da dívida externa. Eu não tenho dúvida nenhuma de que ela será extremamente favorável ao Brasil e aos nossos interesses.

Humberto de Campos (RBS): Senhor Presidente, o Ministro Francisco Rezek, aqui presente, já anunciou a sua primeira viagem ao exterior. Vai ser em junho, à Argentina, para promover a integração latino-americana. Eu gostaria de saber quais são os projetos que o senhor prometeu assinar com os argentinos e com outros sul-americanos, se já existe uma lista desses projetos, o que o senhor vai fazer dos projetos do Governo anterior, e quais são os projetos futuros que o senhor pretende assinar com os argentinos.

Presidente: A integração latino-americana é um dos temas primordiais da nossa política externa. Nós temos compromissos com o nosso continente, temos compromissos com a América Latina, temos compromissos com os países amigos, temos compromissos com a nossa integração. Ela é fundamental, inclusive está escrita no próprio texto constitucional.

Daí a nossa preocupação de não somente acelerarmos os convênios que foram assinados em governos passados, mas também promovermos novas aberturas que possibilitem, efetivamente, que essa integração saia do plano, dos tratados, dos decretos, dos convênios e dos termos assinados entre o Brasil e seus países amigos e passe para a prática.

No último dia 16, tivemos já um grande avanço em relação à ponte ligando São Borja, no Rio Grande do Sul, a Santo To-

mé, na Argentina. Essa ponte, que é um anseio, que é um sonho da população do Rio Grande, sobretudo daquela área da fronteira, e também da Argentina, finalmente vai ser concretizada. No último dia 16, a comissão que o Presidente Menem e eu nomeamos — ele pelo lado da Argentina e eu pelo lado do Brasil — para que estabelecesse as condições pelas quais seriam lançados os editais de concorrência concluiu os seus trabalhos, e nós já estamos marcando uma data para fazermos o lançamento do edital para a construção dessa ponte, ligando São Borja a Santo Tomé. Será nas próximas semanas, nos próximos 10 a 15 dias, e para isso já estão trabalhando o Ministro Rezek e o Chanceler da Argentina.

Esse é um marco importantíssimo na nossa integração. Temos ainda a questão do gasoduto, também como a Argentina, que está sendo tratada pelo governo da República Argentina para saber de onde virá esse gás — se da região A ou da região B. Nós estamos aguardando essa definição de ordem técnica, por parte das autoridades daquele país, para que possamos, depois, nos integrar a esse trabalho, de modo a trazer o gás da Argentina para o grande estado do Rio Grande do Sul.

Temos também a questão da hidrovia, que vem sendo uma das preocupações de todos aqueles que defendem a integração latino-americana. A primeira viagem já foi feita, de Corumbá até um porto no Uruguai, trazendo um carregamento de soja. Tudo isso por via fluvial. O ex-governador Franco Montoro já preparou uma parte do Rio Tietê, inclusive com suas eclusas, visando exatamente esse enlace com o problema hidroviário da América Latina.

De modo que as coisas estão caminhando nesse sentido. E estamos saindo, finalmente, do plano retórico da discussão da integração latino-americana para o plano formal, para o plano da ação efetiva, para o plano da obra efetiva, que, se Deus quiser, terá na ponte São Borja-Santo Tomé um marco importante e definitivo.

Elmano Silva (Folha de S. Paulo): Senhor Presidente, o Secretário João Santana disse que falta vontade política de membros do Governo para que a reforma administrativa seja feita. Como o

senhor pretende agir para que a reforma administrativa realmente ocorra, ao contrário do Governo anterior, quando não passou do papel?

Presidente: Bom, eu quero dizer que neste Governo só existe uma vontade política, que é a vontade do Presidente. O regime é presidencialista e, até por uma questão de temperamento e de modo de agir, eu costumo atuar dessa maneira. No momento em que existir mais de uma vontade política no Governo, isso não poderá continuar. E não me parece que exista mais de uma vontade política, porque só existe a vontade política do Presidente, que é o responsável, em todas as instâncias, por essa reforma e por todas as reformas que se processarem dentro desse período no País.

Então, a reforma administrativa caminha e as metas vão ser atingidas. E não há, no Governo, nenhuma voz destoante quanto a isso. Na última reunião ministerial eu fiz distribuir uma pasta, para cada um dos Ministros, com as metas e com o prazo que eles têm para atingir essas metas. E nós estamos acompanhando isso diariamente. Essa questão está andando bem, não tenho nenhum motivo ainda para manifestar impaciência, que aliás eu tenho muita, sempre. Mas não tenho nenhum motivo para manifestar impaciência em relação à questão da reforma administrativa, porque ela está caminhando bem. E a vontade política do Governo existe, e nós vamos levá-la a cabo para cumprir rigorosamente, ponto por ponto, vírgula por vírgula, o que nos comprometemos a realizar.

Leonel da Mata (SBT): Esboça-se no Congresso Nacional um movimento já batizado de «Grupo da Governabilidade». São políticos, de vários partidos, inclusive políticos que apóiam explicitamente o Governo, o senhor. E políticos que criticam essa vontade política a que o senhor se referiu anteriormente, já que, segundo eles, não existem regras fixas na relação entre o Executivo e o Legislativo. Em nome disso, esse grupo prepara uma opção para o que eles temem ser uma crise de governabilidade que o País possa atravessar. O senhor acha razoável que políticos tão importantes, as lideranças políticas no Congresso, atuem nesse sentido?

Presidente: Veja bem, eu vejo neste grupo já formado no Congresso Nacional um interesse em participar, uma tentativa de colaborar de alguma maneira para que todo esse nosso projeto, que não é um projeto do atual Governo, é um projeto nacional, tenha resultados consolidados num curto espaço de tempo. A questão da governabilidade é que talvez não esteja bem adaptada ao que me parece seja o que movimenta esses parlamentares, no sentido de discutir algumas questões que estão na pauta da vida nacional de hoje.

Em primeiro lugar, porque há um Presidente da República eleito, em duas oportunidades, pela sociedade brasileira. Se nós partirmos da idéia de que a governabilidade é dada, em primeiro lugar, em primeiríssimo lugar, pela sociedade, dentro do regime democrático, já estamos cumprindo, todos nós, o primeiro passo. O segundo é o mais absoluto respeito à Constituição, que foi redigida pelos congressistas, entre os quais esses que estão se reunindo nesse grupo.

«Todos nós bem sabemos que as
respostas que a população exige devem
ser sempre rápidas.»

No momento em que algumas das medidas que nós baixamos dividiram o pensamento jurídico da Nação, uma parte achando que elas eram constitucionais, outra parte achando que não eram constitucionais, não tive a menor dúvida de mandar retirá-las para demonstrar, em primeiro lugar, o meu respeito ao pensamento jurídico da Nação brasileira, e, em segundo lugar, ao que a Constituição determina. No momento em que o pensamento jurídico colocou isso em dúvida, naturalmente não podíamos, em instante nenhum, até para sinalizar esse enorme respeito à Constituição, tomar outra atitude que não essa. Então, estamos governando com a Constituição que eles próprios redigiram em nosso nome.

Em terceiro lugar, o que nos transparece, pelas pesquisas que são realizadas, pelas enquetes que são promovidas em todos

os recantos deste País, é que há um perfeito entendimento da sociedade brasileira de que as medidas que foram adotadas são corretas, que elas tinham que ser implementadas, e, além disso, uma confiança de que elas vão trazer o País, finalmente, para um estágio de desenvolvimento compatível com a aspiração social que nós temos hoje dentro do Brasil.

Então, talvez o termo não seja apropriado para o caso. Eu acho que deve haver uma preocupação, sim, de todos nós para fazermos com que esse processo de acomodação do País a essa nova realidade criada com a posse do novo Governo seja feito da maneira mais suave ou mais cômoda possível. Não se trata da questão da governabilidade, porque nós estamos com as nossas instituições todas funcionando, o nosso sistema democrático dando uma prova da sua vida, da sua força, da sua vitalidade. Temos um Congresso atuando decisivamente para que essas medidas sejam implementadas com êxito, a sociedade toda participando e um Governo com absoluta pressa de oferecer à sociedade brasileira resultados consolidados da sua política econômica, porque todos nós bem sabemos que as respostas que a população exige devem ser sempre rápidas. E é isso que nós estamos procurando fazer, sempre com atenção à nossa Constituição, respeito ao Poder Legislativo, absoluto respeito ao Poder Judiciário e à exigência de dedicação plena e exclusiva daqueles que estão nos ajudando a levar esse barco adiante, que são os meus Ministros e os Secretários de Governo.

José Leonardo Rocha (Jornal de Brasília): Senhor Presidente, o senhor enfrentou a primeira crise militar do seu Governo punindo dois generais da reserva. Logo em seguida a esse episódio, a chapa de oposição, que é apoiada pela comunidade de informações, venceu as eleições no Clube Militar, defendendo a transformação do clube num fórum de debates políticos. O senhor acredita que isso vai representar um foco permanente de crise? E se os militares da ativa, a partir de agora, criticarem abertamente o Governo? Dessa vez eles vão ser punidos?

Presidente: Essa é uma questão que eu teria que colocar para todos os senhores e senhoras, e que ficou absolutamente no âmbito do Ministério do Exército. Apenas o Ministro Tinoco me

comunicou o que teria havido, a infringência a algumas normas do código disciplinar do próprio Exército, e a decisão que ele havia tomado de fazer algumas punições.

Então isso fica restrito à órbita do Ministério do Exército. Em relação à questão do Clube Militar, é preciso saber: candidato de oposição a quem? Isso é uma questão deles.

Há o Clube Militar, há o Clube de Engenharia, há o Clube dos Arquitetos, são todas categorias que nos merecem todo o respeito e toda a atenção. Mas no momento em que o Presidente da República achar que o resultado da eleição de uma das chapas em disputa num desses clubes pode, de alguma maneira, gerar crises, é sinal de que não temos confiança na nossa democracia, nas nossas instituições. Nós estamos vivendo hoje, rigorosamente, num instante absolutamente democrático. E cabe a nós, a cada um de nós, fortalecer as nossas instituições democráticas. Temos compromissos com a democracia e temos compromissos com a nossa Constituição. Não me parece, em instante nenhum, que um resultado de eleição em um clube possa se transformar numa crise, dentro de um País. Há pouco mais de um ano tivemos uma nova Constituição, promulgada e escrita pelo povo brasileiro. Nessa mesma Constituição, há um artigo ou capítulo que diz, de uma maneira muito clara, qual o papel constitucional das nossas Forças Armadas. Forças Armadas estas que, diga-se de passagem, cumpriram um papel importantíssimo nesse período de transição — um papel absolutamente patriótico. Isso deve ser exaltado.

Então, dentro desse papel constitucional é que todos nós estaremos nos movimentando — as Forças Armadas, a sociedade civil, o Congresso Nacional, as nossas instituições e o Poder Judiciário. Em absoluta observância à nossa Constituição e à democracia que nos cabe preservar, custe o que custar.

Repórter: Os militares da ativa podem ser punidos?

Presidente: Não podemos tratar de hipóteses. Isso são fatos que parecem presentes dentre as nossas preocupações de hoje em dia. Se fatos a que o senhor se refere ocorrerem — e eu não tenho por que acreditar que venham a ocorrer — serão tratados

de conformidade com as normas disciplinares das Forças Armadas. Mas eu acredito e tenho a certeza de que essa suposição está inteiramente afastada das nossas cogitações.

Muito obrigado aos senhores, muito obrigado às senhoras.

*Entrevista coletiva concedida à Imprensa
por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Itamaraty,
no dia 23 de maio de 1990.*

Formatura da Turma de 1989 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco

Compareço à cerimônia de formatura do curso de preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, seguro de que não se trata de mero evento protocolar, mas, antes, de estimulante reunião de trabalho, com um único tema na agenda, a diplomacia brasileira e a correta inserção do País no concerto das nações.

Com seus colegas bolsistas da África e América Latina, aqui estão os futuros agentes avançados do interesse nacional no exterior, jovens que se distinguiram em sua geração quando ingressaram, pelo mérito, nesta casa, aceitando, agora, o compromisso maior de servir ao Brasil, numa carreira que dignifica o funcionalismo público.

Registro, ainda, com particular contentamento, a concorrência de convidados ilustres, brasileiros e estrangeiros de múltiplas origens, compenetrados todos na comemoração do Dia do Diplomata, momento próprio para examinarmos, juntos, nossa agenda de trabalho.

Nossa inserção correta e definitiva no concerto das nações é compromisso inarredável de meu Governo. Isto guarda perfei-

ta sintonia com o Brasil que estamos empenhados em reconstruir, e corresponde ao desafio da universalização das relações internacionais, a cuja dinâmica quem não souber se adaptar corre o risco de ser punido com o isolamento e a marginalidade.

«Sentimo-nos agora confiantes
para reclamar participação
mais ativa nas grandes
decisões internacionais.»

Uma política externa lúcida deve ancorar-se na realidade e nas aspirações do povo brasileiro, buscando, no plano externo, espaço próprio para projetar e guardar os interesses nacionais, a partir de uma tradição diplomática — em nosso caso felizmente rica e modelar — de respeito aos princípios básicos da melhor convivência internacional.

A tônica primeira da política externa do Brasil há de refletir a convicção generalizada de que este País quer mudar, e mudar depressa. Estamos cansados da promessa do país do futuro. Os problemas nacionais exigem solução urgente. A campanha das Diretas-já, a ampla discussão nacional que enriqueceu os preceitos consagrados na nova Carta da República e, sobretudo, a mobilização cívica que, em inesquecível lição democrática, culminou nas eleições presidenciais de 1989, constituíram hipotecas de esperança, cujo resgate já não se pode adiar, sob pena de se frustrarem, de novo, as aspirações maiores da cidadania.

Por isso, não hesitei em determinar, logo nas primeiras horas de meu Governo, um elenco de medidas que reorientassem o País na direção do progresso econômico e do bem-estar social, em clima de austeridade econômico-financeira, arejamento ético e eficiência administrativa. Quis dar, do Executivo, o exemplo do que toda a nação há décadas vinha sonhando testemunhar — a mudança do Brasil, sua transformação em Pátria coletivamente brasileira, derrubados os privilégios cartoriais, dinamizada a máquina estatal, fortalecida a sociedade civil, cobrada de quem pode pagar a conta de quem tem a receber.

A resposta firmemente favorável àquele programa de ação reforçou nossa fé no acerto dos rumos propostos à sociedade brasileira. Com essa autoridade, sentimo-nos agora confiantes para reclamar participação mais ativa do Brasil nas grandes decisões internacionais.

Aprendemos com a História que o estatuto de Nação periférica tem preço muito alto para os interesses nacionais. Da empresa colonial, imperial e industrial, por exemplo, só pudemos participar do lado errado do ciclo econômico. Fornecemos matérias-primas, expusemos nossas matas, nossa natureza, nossos recursos naturais à prioridade mercantil nem sempre nacional, assistimos ao esforço desenvolvimentista do Hemisfério Norte e aceitamos uma divisão internacional do trabalho e das riquezas que até hoje atrofia nossas relações econômicas, financeiras e comerciais com o mundo.

Participamos, orgulhosos do sentido histórico de missão, do esforço de guerra contra a ameaça nazi-facista, mas presenciamos, impotentes, a divisão da Alemanha, da Europa e do mundo, em nome de concepções estratégicas de sombrio alcance para todos, ao abrigo das quais alguns altares de devoção ideológica cindiram o cenário internacional em classes de países e transferiram para as relações exteriores uma dialética de luta de classes vocacionalmente destrutiva.

Participamos, ainda, do aplauso a sucessivos ensaios de distensão e desarmamento, convictos de que, em clima de paz, a comunidade de nações poderia melhor concentrar-se na promoção do avanço tecnológico. Foi quando ouvimos que o nosso acesso àqueles extraordinários instrumentos de alta tecnologia para o combate a nossas mazelas estruturais, assim como possibilidades fecundas de cooperação entre governos, dependiam de um atestado de boa conduta, passado por um pequeno clube de países, auto-investidos no papel de juizes supremos da consciência ética internacional.

Nosso projeto de fuga da periferia das grandes decisões internacionais não reflete uma ambição de poder alimentada pelo desígnio do protagonismo. Isso não faz parte do perfil clássico do brasileiro, nem consta de nossa tradição diplomática. Nosso

projeto inspira-se, antes, na idéia de que, em meio às várias e profundas mudanças que no mundo de hoje universalizam as relações internacionais, temos de buscar e proteger soluções nacionais.

«Nossa política externa
não estabelece prioridades
excludentes.»

A distensão entre os blocos bipolares de poder, a derrubada do muro de Berlim, a recuperação da vontade popular no Leste Europeu, o recuo das crises regionais, o início do desmantelamento do *apartheid* na África do Sul, sem dúvida, constituem indicadores seguros do limiar de uma nova era, plena de perspectivas promissoras de entendimento e paz.

Uma nova era que também prenuncia contribuições inestimáveis à modernidade, como a valorização do cidadão sobre o Estado, das idéias sobre as ideologias, da liberdade sobre o autoritarismo, do diálogo sobre o enfrentamento, do progresso, do bem-estar, da democracia, da paz, da vida.

Mas é importante reconhecer, por igual, que essa nova era encerra — ao menos para países, como o Brasil, decididos a não mais ficar a reboque de decisões alheias no plano internacional — desafios que não se podem subestimar. Cito como exemplo a tendência em favor da criação de megablocos econômicos no Hemisfério Norte, que, ameaça acentuar a marginalização da América Latina e da África, mercê de sua estrutural fragilidade econômica. Cito, ainda, a ampliação da agenda de um novo multilateralismo que, no trato de questões de inequívoco interesse para a humanidade, parece querer desconsiderar princípios básicos do Direito Internacional, como o da igualdade soberana entre os Estados.

Nesse particular, o rigor da diplomacia brasileira, admirado outrora, ganha relevo inestimável no presente.

Convido, assim, os formandos do Instituto Rio Branco a que se juntem a seus colegas mais experientes desta casa e rea-

firmem à comunidade das nações nossa vocação de defesa da paz e do entendimento entre os povos, em clima de igualdade, respeito mútuo e cooperação; nosso compromisso com os princípios de soberania nacional, autodeterminação e não-intervenção; Nosso mais veemente repúdio ao terrorismo, a toda forma de preconceito e discriminação; nossa fé na democracia; nosso empenho na construção de sociedades mais livres, justas e solidárias.

Peço-lhes, também, que privilegiem na América Latina o nosso firme propósito integrativo, mas acentuem a dimensão universalista de nossa política externa, que não estabelece prioridades excludentes. Rogo-lhes que transmitam a nossos credores nossa intenção de reequacionar o problema da dívida externa, mas recordem que nossa dívida maior é com o desenvolvimento nacional e a redenção econômica dos trabalhadores brasileiros.

Convoco-os a se associarem às preocupações coletivas de defesa e preservação de nosso espaço ecológico. Insistam, no desempenho de sua atividade, em que o Brasil esteja presente a toda mesa de trabalho, onde nosso esforço possa contribuir para eliminar os abismos ainda existentes entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, assegurando a um número cada vez maior de países o acesso aos benefícios da civilização moderna.

Reiterem, ainda, nosso empenho em apoiar a crescente integração da economia e do comércio mundiais. Frisem nosso gosto por atitudes soberanas no cenário internacional, que não impliquem confronto, ou revelem um projeto decidido de abrir caminho a investimentos que capacitem nosso parque industrial e rejuvenesçam nossa competitividade.

Em seu primeiro dia como funcionários do serviço exterior brasileiro, convoco-os, por igual, a trabalhar pela recuperação da imagem de nosso País, injustiçado ante a opinião pública internacional pela frivolidade, quando não pela má-fé de vozes irresponsáveis. Autorizo-os, agora e sempre, refutar a leviana aleivosia de que aqui se toleram atentados à dignidade étnica de nossas populações indígenas ou à preservação de nosso ecossistema.

Formandos do Instituto Rio Branco

A juventude do nosso tempo coincide com uma juventude de idéias, no rastro do amadurecimento de um século marcado pela intolerância e violência. No Brasil e no mundo, não nos podemos permitir novos erros que, decerto, devolveriam a obscuras cavernas os sonhos mais iluminados de recuperação da dignidade humana, cívica e ética de tantas gerações.

A responsabilidade que, hoje, se lhes abre em sua vida profissional é exatamente da altura do patrono e do paraninfo escolhidos. A política externa independente de San Thiago Dantas foi o primeiro — mas não o último — grito de uma nação angustiada em seu processo de crescimento. A presença do Embaixador Antônio Houaiss, onde o Ministro das Relações Exteriores entrevistou um discurso de dignidade, ilustra a perfeita estatura dos funcionários desta casa, que tampouco pára de crescer.

A escolha que os formandos fizeram dos ilustres brasileiros que, para sempre, hão de marcar a turma de 1989 deve exortar ao patriotismo e ao profissionalismo com que, nesta casa, todos servirão ao Brasil. De minha parte, como Presidente da República e como cidadão brasileiro, irrecuperavelmente confiante nesse novo Brasil que vejo à minha frente, saúdo e cumprimento a todos e a cada um dos formandos, pedindo-lhes que aceitem, junto com seus familiares e colegas de outros países queridos e amigos, um voto de pleno êxito na carreira em que ora ingressam.

Declaro encerrada a cerimônia.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de formatura de diplomatas
do Instituto Rio Branco
em Brasília, no dia 25 de maio de 1990.*

Nova Estrutura para Rodovias Federais e Extinção do Selo-Pedágio

Acabo de autorizar a exposição de motivos que me é trazida pelo Ministro de Estado da Infra-Estrutura, Dr. Ozires Silva, propondo a extinção do selo-pedágio.

De há muito escutávamos os cidadãos brasileiros reclamando do selo-pedágio e, mais ainda, dos resultados que aquela cobrança pudesse trazer para a manutenção e melhoria da nossa malha rodoviária nacional.

O selo-pedágio, ao longo desses meses em que vigorou, rigorosamente não atendeu a este reclamo da cidadania, haja vista a situação de extrema precariedade em que se encontra o sistema nacional de rodovias no País.

Daí nós termos entendido, desde o início, que seria necessário repensarmos como financiar a manutenção e a construção das rodovias no Brasil.

É por isso que, ao colocar o meu *de acordo* nessa exposição de motivos que hoje me é trazida, e, ao mesmo tempo, estabelecer um prazo de 120 dias para que me sejam trazidas propostas alternativas para o financiamento dessa mesma manutenção e construção de rodovias, eu solicitei ao Ministro da Infra-Estrutura que esses trabalhos sejam agilizados, para que possa-

mos, dentro de um curto prazo, dar uma resposta à sociedade brasileira e, sobretudo, aos produtores brasileiros que têm enormes dificuldades para escoar a sua safra. Como todos nós temos informações e sabemos, muitas vezes que o custo do frete é superior ao custo do próprio produto que se quer colocar no mercado. E isso torna impraticável todo um sistema de produção agrícola, para onde também estamos dirigindo as nossas preocupações.

Por isso, confiando na capacidade, na competência e nas qualidades inextinguíveis do Ministro da Infra-Estrutura e da sua equipe, eu confio em que, em breve tempo, nós possamos dar mais essa resposta positiva a todos os brasileiros, usuários das nossas rodovias, e que precisam delas em bom estado para poder não somente escoar a nossa produção, mas utilizá-las como bem lhes convier. Eu espero que as alternativas que me sejam trazidas sejam eficientes o bastante para que possamos recuperar esta malha rodoviária e assim, de uma forma afirmativa, eficiente e a curto prazo, possamos atender a esse reclamo de todos os brasileiros.

Minhas congratulações ao Ministro da Infra-Estrutura, e a minha certeza de que, dentro deste prazo hoje estipulado, nós possamos oferecer também ao Congresso Nacional as alternativas de que iremos necessitar para financiar a construção e a manutenção do sistema rodoviário nacional.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de assinatura do projeto de lei criando
nova estrutura para rodovias federais e extinguindo
o selo-pedágio, realizada no Palácio do Planalto
no dia 29 de maio de 1990.*

Visita ao Estado-Maior das Forças Armadas

O povo brasileiro quer mudanças, mudanças profundas. Esta é a lição incontornável da vontade popular, manifestada livre e soberanamente nas eleições presidenciais.

Ao consagrar, assim, o meu programa de Governo, a maioria dos brasileiros demonstrou a sua convicção de que o desenvolvimento com justiça social, de que a reconstrução nacional orientada pela democracia são metas que nós, servidores da pátria, devemos cumprir com entusiasmo, obstinação e sacrifício.

As Forças Armadas, cuja vocação essencial é a de defender a segurança e a independência da Nação, como agente dos poderes constituídos, são participantes fundamentais da tarefa de transformação do Brasil, em sintonia com os sentimentos e interesses da sociedade.

À vontade nacional de mudanças corresponde, no cenário internacional, um tempo de transformações decisivas. Os blocos rígidos se fragmentam; a confrontação deixa de ser a regra do cotidiano das nações; os desafios de uma economia globalizada se intensificam num sistema em que a ciência e a tecnologia são ingredientes essenciais do progresso. Regimes autoritários desmoronam pela força de mobilização democrática.

Em todo o mundo, consagra-se o princípio de que a liberdade, a paz e a justiça social são bens supremos, cuja realização não pode ser adiada.

O Brasil, pelo vigor de sua tradição pacífica, tem contribuído a dar nas decisões que levarão a criar uma ordem internacional mais justa e harmoniosa. Não estaremos à margem da história.

Sabemos que o peso das nações está crescentemente associado à legitimidade de seus sistemas de governo e ao nível de bem-estar de seus cidadãos. Ser forte não basta, é necessário ser próspero, socialmente justo, tecnologicamente avançado e eficiente.

Senhores oficiais,

A prioridade absoluta é o desenvolvimento, a retomada do crescimento e a erradicação da miséria e da injustiça social. A meta principal é a nutrição, a educação e o conforto de nossa gente, de nossa juventude. Temos de investir nos homens e mulheres que vão fazer e pensar o futuro do País.

O povo brasileiro quer e tem direito a uma vida melhor, a uma sociedade mais harmoniosa e feliz. Este é o desejo da nação e o imperativo dos novos tempos.

É na contribuição ao entendimento dessa realidade, é na definição de respostas estratégicas ao momento atual da História do Brasil e do mundo que o Estado-Maior das Forças Armadas tem um papel a desempenhar como órgão de assessoramento direto do Presidente da República e como elemento aglutinador da expressão militar do poder nacional.

As Forças Armadas devem estar permanentemente aptas ao desempenho de sua valiosa e indispensável missão. As restrições orçamentárias, as carências materiais que temos enfrentado e iremos enfrentar até a derrota final da crise não podem constituir obstáculo ou desestímulo ao trabalho dos militares. Ao contrário, o senso patriótico e a confiança que depositamos no futuro do País determinam que esses fatos sejam vistos como desafio à inteligência, à criatividade e à força de vontade.

Na reconstrução que ora empreendemos, a tradição militar brasileira deve ser valorizada na eficiência da organização, na

solidez da hierarquia, na abnegação do patriotismo. Espero, Comandante Supremo, atitudes exemplares dos homens de far-
da porque é o que espera deles a Nação.

Conto com a contribuição dedicada, criativa, leal e discipli-
nada deste Estado-Maior, que é o meu Estado-Maior, na tarefa
que temos pela frente, nestes difíceis tempos de transformação,
na grande obra de conquista de um Brasil verdadeiramente no-
vo.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião de sua visita ao Estado-Maior das Forças Armadas,
em Brasília, no dia 29 de maio de 1990.*

Visita à cidade de Cujubim (Rondônia)

Quero dizer à minha gente amiga de Cujubim que eu não levei quatro horas para vir para cá e quatro horas para voltar para Brasília, para trazer a vocês conversa e para ouvir aquilo que eu já tinha sabido pelas informações do meu Ministro e por muitos de vocês.

Deixei meus afazeres lá em Brasília — e todos vocês sabem que estamos enfrentando, hoje, neste Brasil, com coragem, com vigor e com destemor, os inúmeros problemas que herdamos, depois de todos esses anos. Mas deixei Brasília e aqui estou ao lado de cinco Ministros de Estado. Está aqui o Ministro da Justiça, que é do Amazonas e é desta região, que conhece este chão como vocês. Está aqui também o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, o mais jovem Ministro que este País já teve. Tem apenas 29 anos, mas carrega dentro de si a vontade férrea e, sobretudo, o ideal de construirmos uma sociedade mais justa, alicerçada na agricultura produtiva e que eleve a produção rural aquilo que ele deseja.

Está aqui também, me acompanhando, o Ministro da Saúde, nascido no Rio Grande, terra de onde muitos de vocês vieram, e radicado no Paraná, terra também de onde muitos de vocês vieram. Ele aqui está para observar *in loco* e para ouvir e

sentir de que maneira poderá resolver rapidamente as questões da saúde aqui em Cujubim.

Aqui está o meu Ministro da Infra-Estrutura, que é o Ministro da área das comunicações, das estradas, da energia elétrica. Também pedi a ele que aqui estivesse conosco para levantar as carências que hoje tem Cujubim, para atendê-los nas suas justas reivindicações.

Aqui estão também os Secretários de Governo da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, porque é preciso que façamos um projeto como este, mas sem que sacrifiquemos a nossa natureza, já que é dela que todos nós estamos vivendo, e haveremos de viver, se Deus permitir.

Aqui está o Secretário da Polícia Federal, Dr. Romeu Tuma, porque também ouvimos dizer que há questões de droga aqui nesta região — o que não tem nada a ver com vocês, mas com pessoas que querem se aproveitar da situação em que se encontra essa região para fazerem coisas que a lei não permite.

Aqui está, também, o Secretário de Governo do Desenvolvimento Regional, que veio verificar e assumir responsabilidades diante de vocês e diante do Presidente da República.

Quero dizer a vocês que eu não estou aqui para catar votos de ninguém. Eu estou aqui para cumprir um dever de Presidente da República, um dever de brasileiro e de cidadão para com os seus comandados.

Vou caminhar mais um pouco por aí, porque eu quero checar algumas coisas que me contaram. Agora, sobre essa mentira que alguns ficam dizendo que esta terra não dá nada, que esta terra é improdutiva, eu quero dizer a vocês o seguinte: eu venho de uma região lá do Nordeste onde a terra não é fértil como essa. E lá produzimos. O meu estado é um estado produtor de açúcar e de álcool. Eu nunca vi um pé de cana como esse que vi aqui em Cujubim. Lá também nós temos carambola e abacaxi, e eu nunca vi uma carambola e um abacaxi do tamanho desses que eu vi aqui.

Como vocês sabem, cheguei à Presidência da República sem compromissos com elites, com os latifundiários de qualquer natureza, sem compromisso com quem quer que seja. O meu

único compromisso é com vocês, com a maioria do povo brasileiro, que acreditou na minha palavra e me levou à Presidência da República.

É por isso que eu vim aqui, para encarar de frente o problema. Eu não fujo do problema. É essa a questão, minha gente. Já falamos nas questões da saúde, da educação, da energia, do começo da safra, do preço justo, do preço correto, para que vocês possam se sentir animados a produzir. Temos que falar também na questão dos títulos da terra. O que foi feito neste Brasil, minha gente, é difícil até do diabo acreditar. Isso que acontece com o INCRA, essa corrupção, isso não se repetirá no meu Governo, e, sem dúvida, nesse Brasil daqui por diante.

Eu quero, agora, diante de vocês, determinar ao Ministro da Agricultura e Reforma Agrária a quem está subordinado, como todos sabem, o INCRA, e aos outros Ministros para que, a partir de hoje, comecem a trabalhar duro para que nós transformemos este projeto de assentamento, aqui em Cujubim, num projeto modelo.

Me cobrem isto.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante sua visita à cidade de Cujubim,
Rondônia, no dia 30 de maio de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM DEZEMBRO DE 1990, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

**“Somos uma sociedade que há quase
cinco séculos se recusa a encarar
o problema da miséria em que sempre
viveu a grande maioria de nossa gente.
Somos uma sociedade que jamais
remunerou adequadamente o trabalho.”**

Presidente Fernando Collor

